

**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

DANIELE NARLA DA SILVA

**O direito à inclusão educacional de alunos deficientes como política pública: estudo
em uma escola municipal em Minas Gerais**

**Belo Horizonte
2021**

Daniele Narla da Silva

O Direito À Inclusão Educacional De Alunos Deficientes Como Política Pública:
Estudo Em Uma Escola Municipal Em Minas Gerais

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Yone Maria Gonzaga

Belo Horizonte
2021

Ficha Catalográfica

SILVA, Daniele Narla

O direito à inclusão educacional de alunos deficientes como política pública: estudo em uma escola municipal em Minas Gerais / Daniele Narla da Silva.

Belo Horizonte: FLACSO/FPA, 2020.

Quantidade de folhas 106 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2020.

Orientador/a: Dra. Yone Maria Gonzaga

Daniele Narla da Silva

O direito à inclusão de alunos deficientes como política pública: estudo de caso em uma Escola Municipal no interior de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 17 de novembro de 2021.

Profa. Dra Yone Maria Gonzaga

Profa. Maria Cecilia Ribeiro da Silva

Profa. Márcia Brasília De Araújo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e, maiormente, a Deus pela vida e saúde. Pela paciência e perseverança, por ter me dado forças de chegar até aqui sem desistir.

A realização do presente trabalho só foi possível pela colaboração e apoio de um conjunto de pessoas às quais quero manifestar o meu apreço e gratidão.

Os meus profundos agradecimentos a todas as pessoas mais próximas, pelo carinho e apoio que me deram ao longo deste percurso. Meu querido filho, meu pai, minha mãe, meus irmãos, minhas cunhadas, em especial, Adriana, pelo incentivo e ajuda, meu namorado, minha sogra, meus colegas de turma, Cibele, Rafael e especialmente, ao Tiago pelo auxílio nas atividades.

Quero agradecer em especial a minha orientadora, Professora Doutora Yone Maria Gonzaga, pelo apoio proficiente, pelas sugestões e pela disponibilidade ao longo deste caminho, e, sobretudo pelo estímulo e confiança que me transmitiu, para que esta meta fosse alcançada.

Quero também agradecer aos diversos professores das disciplinas deste Mestrado, através dos conhecimentos e conselhos que transmitiram pude estar preparada para desenvolver este projeto.

Também quero agradecer ao conjunto de professoras que, dedicaram o seu tempo nas respostas do questionário, pois através das suas respostas, foi possível que o estudo empírico fosse realizado.

“Posso aceitar que o deficiente físico seja vítima do destino, só não posso aceitar que seja vítima também da nossa indiferença”.

J. F. Kenned

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo verificar se os/as alunos/as com deficiência regularmente matriculados em uma escola municipal no interior de Minas Gerais, tinham garantido o direito à educação inclusiva, de acordo com as normas e legislações vigentes no país. Para ampliar os conhecimentos sobre a questão da Educação Especial buscou-se referências em Cardoso (1992); Ferreira, J. R. (1993); Ferreira, M. E. C. (1995); Glat (1988; 1991; 1995; 1997; 1998); Mantoan (1987; 1988; 1991; 1994, 1995; 1996; 1997; 1998); Mazzota (1997); Mendes (1994); Omote (1994); e inúmeros outros, além de leis e decretos nacionais. Estes autores e autoras citados apresentam muitos argumentos a favor de uma educação igualitária. Para isto, constituiu-se um estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, utilizando como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista, aplicado para cinco professoras da Escola Municipal. A análise de conteúdo e os resultados revelaram que as professoras são cientes da existência de leis que regem os direitos dos alunos deficientes, mas não sabem citá-las e não as colocam em prática como deveriam. Há professoras que não apresentam formação na área de educação especial; outras que trabalham a partir das especificidades do aluno, utilizam atividades adaptadas e diferenciadas, mas encontram dificuldades no desenvolvimento do trabalho. Não existe uma parceria entre a professora regular e a professora de apoio, mas concordam que a inserção do aluno público-alvo da educação especial traz ganhos no contexto geral, sendo que o docente é uma peça importante para a real inclusão acadêmica dos alunos em questão. Diante dos achados da pesquisa, fica evidente que a inclusão educacional de alunos/as deficientes enquanto política pública não se efetiva na totalidade.

Palavras chave: Direito; Inclusão Educacional; Alunos Deficientes; Política Pública; Escola Pública.

Abstract

This research aimed to verify whether students with disabilities regularly enrolled in a municipal school in the interior of Minas Gerais had guaranteed the right to inclusive education, in accordance with the norms and legislation in force in the country. To expand knowledge on the issue of Special Education, references were sought in Cardoso (1992); Ferreira, J.R. (1993); Ferreira, M.E.C. (1995); Glat (1988; 1991; 1995; 1997; 1998); Mantoan (1987; 1988; 1991; 1994a; 1994; 1995; 1996; 1997; 1998); Mazzota (1997); Mendes (1994); Omote (1994); and countless others, in addition to national laws and decrees. These cited authors and authors present many arguments in favor of egalitarian education. For this, it was constituted a qualitative study of exploratory and descriptive nature, using as instrument of data collection a questionnaire, applied to five teachers of the Municipal School. The content analysis and the results revealed that the teachers are aware of the existence of laws governing the rights of disabled students, but they do not know how to cite them and do not put them into practice as they should. There are teachers who do not have training in the area of special education; others who work based on the student's specificities, use adapted and differentiated activities, but find difficulties in developing the work. There is no partnership between the regular teacher and the support teacher, but they agree that the inclusion of the student as a target audience of special education brings gains in the general context, with the teacher playing an important role in the real academic inclusion of the students in question. Given the research findings, it is evident that the educational inclusion of students with disabilities as a public policy is not fully effective.

Key words: law - educational inclusion - disabled students - public policy - public school

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
AACD	Associação de Assistência à Criança Defeituosa
AEE	Atendimento Educacional Especializado Apae - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAE	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
CAP	Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
CAS	Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com surdez
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
Db	Decibéis
DI	Deficiência Intelectual
DNEE-EB	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica
DM	Deficiência Mental
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

FLCB	Fundação para o Livro do Cego no Brasil
FUNCAD	Fundação da Criança, do Adolescente e da Integração da Pessoa com Deficiente GO - Goiás IBC - Instituto Benjamin Constant
IESP	Instituto Educacional São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC	Instituto Benjamin Constant
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NAAHS/S	Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NTE	Núcleo de Tecnologia Educacional
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PROCAJ	Projeto Caminhando Juntos
PROUNI	Programa Universidade Para Todos

PNE	Plano Nacional de Educação
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNEE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEESP	Secretaria de Estado da educação
SEED	Secretaria da educação e do Esporte
SER	Secretaria Estadual de Educação
SEPIN	Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informações Socioeconômicas
SUPEE	Superintendência do Ensino Especial
TCLE	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TGD	Transtorno Global de Desenvolvimento
UEE	Unidade de Ensino Especial
UFG-CAC	Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: O Perfil das entrevistadas

Quadro 2: Formação das professoras entrevistadas

Quadro 3: Tempo de atuação como professoras

Quadro 4: Entrevistadas, dia da entrevista, tempo de duração e técnica utilizada.

Quadro 5 - Principais instituições e deficiências atendidas

Quadro 6: Alunos regulares e com deficiência em sala de aula participantes

Quadro 7 – Tempo atuação com alunos deficientes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo das Políticas Públicas

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Da trajetória de vida ao problema de pesquisa.....	15
1.2 Objetivos	18
1.3 Caminhos percorridos na consecução da pesquisa.....	19
1.3.1 Metodologia utilizada.....	21
1.3.2 Locus da pesquisa.....	24
2. POLITICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO.....	26
2.1 Estrutura da dissertação.....	27
3. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS.....	33
4. BREVE HISTÓRICO DA DEFICIÊNCIA.....	37
4.1 A deficiência ao longo da história.....	37
4.2 Deficiências(s): conceitos e legislações.....	42
5 INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO ESCOLAR COMO DIREITO.....	48
5.1 A formação das professoras para garantia de inclusão de alunos deficientes.....	58
5.2 Professora de apoio.....	62
5.3 Alunos/as deficientes na escola regular de ensino	64
5.4 Atendimento Educacional especializado.....	66
6 AS VOZES DAS ENTREVISTAS.....	73
6.1 O perfil das professoras.....	73
6.2 Legislação.....	75
6.3 Formação das professoras.....	77

6.4 Práticas pedagógicas.....	79
6.5 Recursos pedagógicos.....	81
6.6 Vivência e discriminação dentro da escola.....	84
6.7 Profissional de Apoio: atribuições e o desempenho de atividades na escola.....	88
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93

1. INTRODUÇÃO

1.1 Da trajetória de vida ao problema de pesquisa

Sou Daniele Narla, nasci no interior de Minas Gerais e desde pequena tenho muito encanto pela escola. Adorava passar meus momentos no ambiente escolar, realizava todas as atividades curriculares com amor e afeição, participava das apresentações em datas comemorativas, atuava em teatros e até ajudava os colegas que tinham dificuldades nas matérias. Em casa, brincava de ser professora, dava aula para as bonecas e plantas. Às vezes, cansada de acordar cedo todos os dias para ir à escola, pedia a minha mãe para faltar e ela concordava, porque eu não me ausentava das aulas, sem um bom motivo, mas logo no outro dia acordava cedo e ia estudar. O fascínio pela escola era tanto que algumas vezes saia apressada e esquecia a mochila com o material em casa, tendo de buscá-la rapidamente, quando me lembrava.

A educação enquanto atividade profissional sempre fez parte da minha vida, cresci vendo minhas tias preparando planos de aula na casa da minha avó, pois são professoras. Tive ótimas referências de educadores em minha vida escolar. Formei-me no ensino médio aos dezessete anos. No final dos estudos vi-me sem oportunidades para cursar uma universidade, pois não possuía condições financeiras para pagar as mensalidades nas instituições particulares e, nas federais, o ingresso também era difícil. Além disso, eram poucos os cursos ofertados na região em que residio e a maioria deles eram voltados para a área da saúde, o que não me interessava. Esperei por três anos até que fui contemplada com uma bolsa de estudos pelo PROUNI¹ e, em agosto de 2005, ingressei no curso de Administração da Pontifícia

1 **Programa Universidade Para Todos - PROUNI** é uma oferta do Ministério da Educação que tem por objetivo garantir o acesso à educação superior através de bolsas integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas aos estudantes de escolas públicas e bolsistas de colégios particular em todo território nacional utilizando o resultado das provas do ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio através de inscrições. O projeto oferece a possibilidade de estudar de graça em faculdades privadas ou com desconto de 50% ou 100% do valor total das mensalidades. Aqueles que se interessavam em adquirir uma bolsa de estudo deveriam se cadastrar no Sistema de Seleção Unificada SISU. Nas Instituições de Ensino Superior – IES- para se inscrever como concedente da bolsa era necessário registro e certificação do curso no Ministério da Educação MEC e as bolsas variavam pela nota da instituição nos sistemas de avaliação das instituições de ensino superior. Com a aprovação da Lei Federal 11.096 em janeiro de 2005 a proposta se tornou uma política de Estado e estabilizou o acesso à graduação e a formação sequencial.

Universidade Católica de Minas Gerais, na cidade de Serro - MG, com uma bolsa de estudo de 100%. É inesquecível o dia em que me ligaram para dar a notícia de que eu havia conquistado um lugar na universidade, pois o meu sonho estava se tornando realidade. Fui uma das primeiras pessoas da minha cidade a ser agraciada por esse programa de inclusão educacional.

O curso de Administração era uma boa opção e se encaixava dentre meus planos futuros. Ele acontecia em outra cidade no interior de Minas Gerais, o que me obrigava a percorrer, quase cem quilômetros diariamente para estudar. Muitas mudanças e novidades se apresentavam para uma garota do interior de Minas Gerais. Fui fazer então o curso de Administração, não segui no caminho da Pedagogia, mas durante as aulas, me pegava apreciando os professores lecionando com tanto zelo e dedicação.

Muitos foram os desafios e as dificuldades apresentadas ao longo do meu caminho como estudante, residente em uma cidade do interior e sem até mesmo um computador em casa para fazer os trabalhos da faculdade. Todavia, com muito esforço consegui concluir a graduação, em julho de 2009. Depois de quatro anos de excelentes aprendizados, me formei.

Meu histórico de graduação dava abertura para lecionar as disciplinas de Filosofia, Sociologia ou Matemática, e no mesmo ano em que me formei, ingressei como professora de Filosofia na escola em que estudei na minha infância e juventude. Retornei como colega de trabalho dos meus queridos professores.

O início da vida profissional foi muito difícil, pois não possuía experiência, apenas vontade de compartilhar um pouco do meu conhecimento. Ficava analisando todos os alunos e dedicava maior atenção àqueles que tinham certa dificuldade em entender a matéria, no decorrer do tempo, através de observações, notei que eles possuíam alguns impedimentos que poderiam ser originados de deficiência. Por lecionar em cidade do interior, era possível conhecer quase todos os alunos, então algumas vezes, ia até as suas casas conversar com os responsáveis sobre os comportamentos e/ou as dificuldades de aprendizado dos seus filhos. Acreditava ser importante a participação da família em relação ao desenvolvimento dos seus filhos na escola.

Acredito, também, que o/a professor/a deve reunir todas as ferramentas pedagógicas e buscar modos de levar até o/a aluno/a um conhecimento pré-definido que ele precisa compreender e a interação em sala de aula contribui ou não para uma adequada aprendizagem do aluno.

Até então, não tinha conhecimento sobre educação inclusiva. Diante das observações naqueles períodos em que lecionei, senti a necessidade de me informar sobre o tema, mas somente agora estou tendo essa oportunidade.

Fiquei por um tempo afastada da sala de aula e, durante este período, fui admitida para trabalhar no Projeto Social Caminhando Juntos – PROCAJ, destinado a crianças e adolescentes carentes, cujo objetivo era fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais, conectar as pessoas e valorizar as relações humanas para superar a pobreza infantil com autêntica solidariedade. Ele contemplava algumas cidades do Vale do Jequitinhonha, dentre elas, estava a minha, por possuir alto grau de pobreza. A Instituição desenvolve projetos sociais para se sustentar financeiramente, além de contribuições de pessoas, algumas delas estrangeiras que apadrinham as crianças inscritas.

Trabalhei no PROCAJ por dois anos e meio e pude conviver com famílias de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade e, algumas delas são também deficientes. Através das visitas feitas mensalmente, acompanhei o desenvolvimento de uma determinada criança que sequer conseguia sentar-se em uma cadeira de rodas, e fui notando que o cuidado e os estímulos variados praticados pela família e profissionais contribuía para o seu desenvolvimento. Hoje, ela já consegue se mover, mudar os passos, frequentar a escola e se relacionar com outras crianças.

A partir daquela experiência e com as observações feitas no ambiente escolar durante o período em que atuei como professora, me senti inspirada a elaborar o projeto de pesquisa que resultou nessa dissertação. Entendo que, além das famílias, cabe ao Estado prover condições para o desenvolvimento pleno das crianças. Enquanto cidadã e profissional da educação, busco atuar observando o que está estabelecido no Art 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei 8.069/1990) ”que define que cabe à família, à sociedade em geral, além do Poder Público garantir com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, dentre outros bens sociais, a esses sujeitos destinatários da, sem qualquer tipo de discriminação”.

O Estado deverá implantar ações que contribuam para o bem-estar social dos deficientes, buscando valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas peculiaridades, contando com a sensibilidade de pessoas dispostas e capazes de entender a diferença. Para Moreira e Lara (2012)

As políticas sociais são aquelas relativas a ações que determinam o padrão de proteção social a ser implementado pelo Estado, com ênfase na redistribuição dos benefícios sociais para a diminuição das desigualdades

estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HOFLING, 2001, p.02)

Acredito que esse tema de pesquisa seja relevante dentro do Programa do Curso Maestria Estado, Gobierno y Políticas Públicas, porque durante o curso pode-se refletir sobre o Estado, a sua configuração e sobre a sua responsabilidade para com os cidadãos. Além disso, por meio das políticas públicas torna-se possível a concretização dos direitos fundamentais descritos na Constituição da República do Brasil que define que todos os brasileiros são iguais perante a Lei. Com a participação social na elaboração e utilização das leis é possível garantir uma vida digna e justa por meio da adoção de medidas que dão autonomia para que os deficientes possam realizar suas atividades.

Nesta direção, delineamos os objetivos de pesquisa:

1.2 Objetivos

Objetivo geral

Compreender, a partir das vozes das professoras lotadas na Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro de Ávila, na cidade de Datas - Minas Gerais, se os estudantes deficientes regularmente matriculados têm seus direitos educacionais garantidos de acordo com as normas e legislações.

Objetivos específicos

- Verificar se os/as profissionais conhecem e aplicam as legislações vigentes sobre educação inclusiva;
- Verificar se os/as professores possuem formação adequada para atender às demandas dos alunos com deficiência;
- Analisar se a escola utiliza recursos adequados que permitem a interação do aluno em acordo com suas capacidades.

No contexto de restrição imposto pela pandemia, realizamos parte da pesquisa, que está assim estruturada:

No primeiro capítulo discorreremos sobre minha trajetória de vida e como consegui chegar ao tema da pesquisa.

O segundo capítulo traz a abordagem metodológica da pesquisa, onde discorreremos sobre o método e as estratégias para o levantamento de dados;

O terceiro capítulo, traz o referencial teórico em que apresentamos as referências sobre o histórico da deficiência; a pessoa com deficiência.

No quarto capítulo, são apresentadas algumas referências sobre a educação e a inclusão da pessoa com deficiência no processo escolar considerando as legislações vigentes.

No quinto capítulo, apresentamos as vozes das professoras sobre o tema da pesquisa e analisamos os dados considerando os objetivos da mesma. Encerramos com as Considerações finais, no sexto capítulo.

1.3 Caminhos percorridos na consecução da pesquisa

Para a consecução de tais objetivos, foram entrevistadas cinco professoras que trabalham ou trabalharam com alunos deficientes na Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro Ávila², localizada na cidade de Datas, Minas Gerais.

A cidade de Datas originou com a descoberta de ouro e diamante na região do Tijuco, hoje denominada Diamantina, no século XVIII, a Coroa Portuguesa passou a emitir um título de concessão de lotes de terras para mineração a procura do diamante. Na região onde está localizada o município de Datas, foram encontrados ouro e diamante, foi por esse motivo, que foram concedidos vários desses títulos de posse e autorização para exploração mineral liberadas pela Coroa Portuguesa. Com o título em mãos, mineradores, com seus escravos, começaram a atuar em suas datas na exploração mineral e também na agricultura. Esse título era chamado de “Datas Del Rei”, porque era assinado, pelo Rei de Portugal.

A partir de 1825, com o crescimento da exploração de ouro e diamante nas datas, começaram a chegar à região garimpeiros e aventureiros, vindos de várias regiões do Brasil. Além desses, vieram portugueses, como pedreiros, carpinteiros, barbeiros, ourives, alfaiates e comerciantes lusitanos de vários ramos comerciais. Vieram atraídos pela riqueza que o ouro e diamante proporcionavam.

Com a presença crescente desses povos, foi se formando o povoado, popularmente

² No ano de 2000, a Escola Municipal de Datas, pela Lei Municipal nº 197 de 27 de abril, passou a ser denominada de Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro Ávila em homenagem a uma Senhora que foi Professora do município de Datas.

chamado de Datas D'el Rei, devido à grande quantidade de Datas, liberadas pela Coroa Portuguesa.

Após a Independência do Brasil, em 1822 e fim do domínio português, Datas D'El Rei passou a ser Ribeirão de Datas, Espírito Santo de Datas e simplesmente Datas, o nome popular do arraial desde sua origem.

Em 14/09/1891, Datas é elevada à Vila, com o nome de Datas do Espírito Santo, subordinada a Diamantina. Em 07/09/1923, o nome da Vila volta a ser Datas.

Finalmente, em 30/12/1962, pela lei estadual nº 2764, o distrito é desmembrado de Diamantina, tornando-se município independente, com seu nome original, Datas, sendo mantido. No dia 1º de março de 1963 o município é instalado oficialmente, passando ser essa data, a oficial de fundação de Datas MG.

A economia do município tinha com base a mineração do ouro e diamante, hoje a agricultura é a principal atividade econômica de Datas, que se destaca no município para a agricultura familiar e principalmente, o cultivo de morangos.

Datas encontra-se localizada na região do Vale do Jequitinhonha aproximadamente 272 km de Belo Horizonte, faz divisa com os municípios de Diamantina a 24 km, Serro a 55 km, Presidente Kubitschek a 29 km, Conceição do Mato Dentro a 110 km e Gouveia a 14 km de distância a uma altitude de 1.231m em relação ao nível do mar. A área total de Datas é de 287,3km², e sua densidade demográfica é de 18,83hab /km² (habitantes por km²). O número da população estimada em 5.500 habitantes de acordo com o censo 2010.

Hoje a sua principal fonte de renda é o cultivo de morangos o que torna da cidade uma das maiores produtoras de morango de Minas Gerais, ele é conhecido como uma das grandes referências da gastronomia local. Além dos morangos, as outras frutas vermelhas ganham também destaque na região.

Além disso, a cidade possui uma boa estrutura urbana, o comércio local é pequeno, mas variado, um bom setor de serviços, pousadas e hotéis aconchegantes, com alguns restaurantes e cantinas servindo comidas típicas da região.

Datas se destaca no turismo de aventuras, graças às suas belezas naturais, como as pequenas cachoeiras de Cubas e do Ribeirão, Galheiro, o Córrego do Ouro. As pinturas rupestres da Lapa Pintada, no distrito de Palmital, as trilhas por matas nativas, além de seu rico e valioso artesanato em madeira.

A arquitetura da cidade chama a atenção por seus belíssimos e bem conservados casarões coloniais. Além disso, a sede da Prefeitura Municipal, a Biblioteca Caldeira Brant é

um ponto interessante da cidade, bem como a Praça 1º de Março, a Praça Tiradentes e o Coreto da Praça do Divino. Datas é uma cidade única em Minas, pequena, porém com um enorme coração para receber os visitantes, uma cidade agradável, tranquila, que recebe os visitantes e turistas de braços abertos, a qual sempre estão de volta pela receptividade e pelo famoso aconchego

1.3.1 Metodologia utilizada

A pesquisa foi realizada nos anos de 2020 e 2021, período em que o mundo já vivenciava a pandemia um momento muito delicado causado pelo terror da pandemia do novo Corona vírus (Covid-19) e continua nos aterrorizando até os dias de hoje. A disseminação do vírus, as mortes, a ausência de empenho das autoridades políticas de saúde nacional, as desigualdades sociais, raciais e de gênero, além do desemprego vêm se alastrando. Visando reduzir os danos e a disseminação do vírus, a Organização Mundial de Saúde - OMS, definiu algumas medidas sanitárias, como a lavagem das mãos, o uso de máscaras e o distanciamento social. Assim, em março de 2020, as instituições de ensino foram fechadas e as aulas suspensas. Posteriormente, as atividades didáticas retornaram de forma remota. Tal qual a maioria das atividades sociais no país e no mundo, a pandemia impactou também a realização dessa pesquisa, uma vez que as atividades de campo inicialmente propostas, tiveram de ser repensadas, o que será destacado no capítulo metodológico.

Embora haja muitos trabalhos empíricos com foco nas pessoas com deficiência, deficiência e educação, etc., acredito que essa pesquisa possui relevância social e acadêmica, por vários motivos: *primeiro*: porque busca ouvir as vozes de profissionais da educação que vivem fora dos grandes centros urbanos sobre o a inclusão educacional de pessoas que, em função de visões capacitastes historicamente construídas, também são colocadas à margem. *Segundo*: a educação é a principal estratégia para desenvolvimento de todas as pessoas; *Terceiro*: a pesquisa é desenvolvida dentro de um Programa de Pós-Graduação denominado Estado, Gobierno y Políticas Públicas e há necessidade em se pensar o direito à inclusão educacional na prática e não apenas sob o prisma econômico que só contabiliza os gastos do poder público, mas sob o ponto de vista do direito à educação de qualidade à qual esta parcela da sociedade faz jus. *Quarto*: trata-se de políticas públicas no campo educacional e estas

devem atender a todos/as os/as sujeitos, considerando-se o imperativo constitucional, de que todos são iguais perante a lei. Portanto, não pode haver discriminação de qualquer natureza.

Definir o percurso metodológico de uma pesquisa não é tarefa simples. Por isso, as disciplinas cursadas durante o curso foram fundamentais para ajudar nesse processo.

Concomitante aos estudos, foi elaborado o projeto da pesquisa o qual foi submetido à Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da FLACSO, que tem por objetivo verificar se a pesquisa não fere a dignidade humana dos/as participantes, garantindo-se os aspectos éticos. Após análise e consideração de que a pesquisa atendia aos parâmetros exigidos, o COEP deu parecer positivo e autorizou a sua realização.

Para o desenvolvimento do referencial teórico foi realizada pesquisa bibliográfica no Google acadêmico, *Scientific Electronic Online (scielo)* e no repositório de dissertações e teses da FLACSO e de outras universidades, para levantar outros trabalhos científicos que abordam o mesmo tema.

Realizei também a análise documental buscando identificar a legislação referente aos direitos e à inclusão de alunos deficientes no ambiente escolar.

A abordagem metodológica utilizada na pesquisa é a qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A pesquisa qualitativa “é em sua maior parte dirigida para a descoberta, a identificação, a descrição aprofundada e a formação de explicações. Investigam o significado e a intencionalidade dos atos, das relações sociais e das estruturas sociais” (VILELAS, 2009, p. 107).

Como instrumento de coleta de dados foi realizada entrevista semiestruturada (ROTEIRO ANEXO) contendo questões fechadas e abertas.

Os pesquisadores MARCONI e LAKATOS (2003) afirmam que “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. (p. 196).

Segundo BRAGA (2015), a coleta de dados é o processo de obtenção de informações necessárias à pesquisa, por meio de alguma técnica ou instrumento de pesquisa. (p. 28).

A partir do objetivo principal da pesquisa, busquei ouvir e obter informações das entrevistadas sobre o tema determinado. O roteiro da entrevista apresentava duas partes: uma que visava levantar dados sobre o perfil das professoras, como: faixa etária, formação acadêmica, tempo de trabalho na escola municipal. A outra parte era dedicada ao levantamento do tema, destacando o conhecimento sobre as leis de inclusão e sua

aplicabilidade, práticas pedagógicas utilizadas e sobre a estrutura escolar para garantir o direito à educação dos/as estudantes deficientes.

Devido à pandemia do Corona vírus, surgiram algumas dificuldades para aplicação das entrevistas, tendo que respeitar as normas e regras de distanciamento e isolamento social, para se evitar a transmissão do vírus. Inicialmente a intenção era entrevistar as doze professoras que atendem o total de turmas da escola, com isso não foi possível entrevistar todas.

A marcação das entrevistas aconteceu de forma tranquila, sendo possível conciliar os horários para atender ambas as partes. Como não foi possível entrevistar as professoras pessoalmente, foram oferecidas opções para que as entrevistadas pudessem escolher o local e a maneira que melhor lhes conviesse para a realização das entrevistas, podendo ser disponibilizado por mim ou por elas.

Por causa da minha experiência profissional acompanhando adolescente com deficiência intelectual, iniciei a pesquisa pensando entrevistar apenas os/as professores/as que trabalharam ou trabalham com alunos/as com este perfil, porém no decorrer da atividade, notei que os alunos/as deficientes podem apresentar outros tipos ou várias deficiências, e não somente a intelectual.

De acordo com MEC (2006), a deficiência múltipla se caracteriza “pelo conjunto de duas ou mais deficiências associadas, de ordem física, sensorial, mental, emocional ou de comportamento social”. De acordo com este documento os fatores que estão ligados ao desenvolvimento, funcionamento, comunicação e interação social que implicam na caracterização da deficiência e das necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2006).

Então para o levantamento de dados foram entrevistadas 05 (cinco) professoras que atuam ou atuaram diretamente com crianças com deficiência, que frequentaram ou frequentam o ensino fundamental em uma Escola Municipal no interior de Minas Gerais.

As entrevistas foram aplicadas somente a mulheres, porque os profissionais do sexo masculino que trabalham na escola não exercem a função de professor. Eles ocupam as funções de serviços gerais e porteiro.

Também era meu desejo, analisar os direitos dos estudantes das séries iniciais do ensino fundamental. No entanto, durante o trabalho de campo, observei que os alunos/as, ao apresentarem um melhor desenvolvimento na aprendizagem, eram aprovados/as para as séries seguintes, estando estes alunos/as então em outras séries do ensino fundamental e não apenas nas séries iniciais, o que ficou mais evidente depois das respostas das professoras entrevistadas.

As entrevistas foram gravadas por meio dos recursos de gravações de áudio e vídeo do aplicativo Whatsapp e com prévia autorização das mesmas. Durante o processo, eu fazia as perguntas e as entrevistadas respondiam-nas. As gravações foram integralmente transcritas, o depoimento das entrevistadas foi captado na sua totalidade, contribuindo para a análise das entrevistas. Através dos vídeos foi possível captar os gestos e as expressões das entrevistadas, as quais possibilitaram observar mais detidamente a linguagem corporal e possíveis sentimentos que o áudio somente não consegue captar.

Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (MODELO ANEXO), concordando em participar da pesquisa, autorizando a gravação das entrevistas em áudio/vídeo e a utilização das suas respostas para fins acadêmicos. As entrevistadas serão identificadas pelas letras iniciais de seus nomes, para que não tenham suas identidades reveladas.

Após a coleta, realizou-se a análise dos dados que é uma parte importante da pesquisa, utilizando-se a metodologia de Análise de Conteúdo. Segundo GIL (2008) “descrição dos dados é caracterizar isoladamente o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto das observações”.

Para BARDIN (1977), a análise de conteúdo é

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (p. 42).

1.3.2 O lócus da pesquisa

A pesquisa foi realizada com professoras lotadas na Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro Ávila³, única escola municipal localizada na cidade de Datas, Minas Gerais. Fundada no ano de 1998 e situada na Rua Padre Afonso Ligório de Souza, 285, em 2020, a escola atendia o total de 370 alunos, sendo 99 da educação infantil (1º e 2º períodos) e

³ No ano de 2000, a Escola Municipal de Datas, pela Lei Municipal nº 197 de 27 de abril, passou a ser denominada de Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro Ávila, em homenagem a uma Professora do município de Datas.

271 do Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º Ano). Destes alunos, 53% eram brancos e 47% negros. Havia 11 crianças deficientes regularmente matriculadas.⁴

A escola funciona no período matutino das 07 h 30 min. às 11h 30 min., e no período vespertino das 12 h e 15 min. às 16 h e 30 min., e oferta ensino aos alunos da creche ao final do ensino fundamental 1.

Instalada em um prédio de sede própria, a escola possui instalações adequadas que atendem a legislação vigente. Possui dois andares e um subsolo. No primeiro andar, funciona a secretaria escolar, uma sala dos professores, uma sala para os especialistas, sala da gestão escolar e um banheiro. Um amplo pátio externo, refeitório, uma cozinha ampla e mais três salas de aula, além de dois banheiros, sendo um masculino e outro um feminino.

Tem uma escada que dá acesso ao segundo andar, que possui cinco salas de aula. O subsolo possui duas salas de aula, uma sala de intervenção pedagógica, uma sala de recursos multifuncionais, uma biblioteca e uma sala de arquivos. Uma lavanderia e depósito de materiais de limpeza e mais um amplo pátio onde são aplicadas atividades diversas aos alunos. A Escola Vicentina ainda contempla uma quadra poliesportiva coberta para atividades interativas e de lazer.

As salas de aula da instituição têm as paredes decoradas com muita criatividade e com pinturas coloridas, imagens ilustrativas, alfabeto de borracha, alfabeto móvel colorido, cartazes com frases, varal didático dentre outras decorações. São espaçosas, bem organizadas, higienizadas, clara com uma ótima ventilação, as carteiras e as mesas são arrumadas em fileiras.

Os espaços são iluminados e amplos, possuem algumas estruturas para atender as necessidades de locomoção de alguns alunos com limitações específicas. A ventilação e a iluminação são de excelente qualidade em todas as salas de aula, inclusive no prédio em geral.

A limpeza é eficiente em todos os ambientes da escola (salas, refeitório, corredores, mesas, carteiras, banheiros, cozinha e quadra), há muita higiene e dedicação, tanto da parte

⁴ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2014 a 2018, o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, também aumentou o número de estudantes incluídos em classes comuns de 87,1% para 92,1%. Em relação à Educação especial segundo o MEC o resultado do censo escolar 2019 mostra que o número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 5,9% de 2018 para 2019 e de 34,4% em relação a 2015. O percentual de alunos com deficiência, autismo ou altas habilidades matriculadas em classe comuns têm aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino.

dos zeladores, como por parte dos professores, direção e alunos. A limpeza, a qualidade da merenda, a interação e afetividade entre as pessoas são aspectos positivos.

Como o prédio escolar foi construído há algum tempo ainda precisa ser adaptado para atender as especificidades dos alunos que possuem deficiência e assim proporcioná-los de fato a inclusão. Algumas adaptações ainda são necessárias para atendimento dos deficientes como ampliar a largura das portas das salas de aula de acordo com o tamanho recomendado pelas normas de segurança, colocar o emborrachamento nas rampas, construir o fraldário e banheiros adaptados, além de colocar corrimão nas paredes.

Alguns alunos da escola vêm de outros povoados vizinhos, por isso necessitam de transporte escolar oferecido pela Rede Municipal do Município de Datas, em parceria com o governo do Estado de MG.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

A Política Pública pode ser entendida como o campo do conhecimento que busca colocar o governo em ação, analisar e propor mudanças com a intervenção do Estado, (AZEVEDO, 1997), mesmo que sejam propostas pela sociedade civil e articuladas por lutas e reivindicações por direitos sociais. Para que uma política pública seja executada e faça as intervenções propostas na sociedade, um longo caminho deve ser percorrido.

GIOVANNI (2009) destaca ainda que “o crescimento da presença das políticas públicas na vida cotidiana, não se dá simplesmente pela ampliação da ação do Estado, mas também pelas exigências que lhe são colocadas pela sociedade” (p. 9).

As políticas públicas são tidas como de responsabilidade do Estado, devendo ser implementadas e mantidas através de um processo de tomada de decisões envolvendo órgãos públicos e outros agentes da sociedade.

As políticas de inclusão nos últimos anos são discutidas no âmbito das políticas públicas, principalmente aquelas de caráter social. O fundo público é a fonte orçamentária para a concretização de políticas sociais. Segundo GARCIA (2004)

As políticas sociais estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas e à luta de classes, de maneira que, ao mesmo tempo, atendem as demandas dos trabalhadores e contribuem para a reprodução das classes sociais. Portanto, são frutos dos embates, disputas, conflitos, mas também podem ser compreendidas como “dádivas” do bloco no poder, que realiza

intervenções em busca de consenso e da integração dos movimentos de contestação. (p. 32).

As constantes transformações na sociedade tanto no setor cultural, social como no setor econômico, evidenciaram nos últimos tempos a preocupação na disseminação da cultura inclusiva dos deficientes, projetadas pela busca constante de pais, responsáveis e até mesmo dos próprios portadores, por um espaço na sociedade.

Para que ocorra o financiamento e desempenho das políticas públicas é preciso que haja intervenções estatais com utilização de recursos públicos, voltadas para o combate das desigualdades. Desde 2015 as políticas públicas vêm sendo ameaçadas por políticas de austeridades, como exemplo podemos citar a instabilidade econômica e política, com resultados assustadores dos índices econômicos; a recessão e elevação de desigualdade, uma prática que desconsidera o estado de bem-estar social descomprometendo o crescimento e o equilíbrio fiscal. Existe toda uma discussão sobre a fonte de recursos para garantir o financiamento de políticas públicas de promoção e proteção social.

De acordo com DIAS (2012) as políticas públicas possuem um ciclo que constitui um modelo de análise e a decompõe em uma série de etapas que formam uma sequência lógica. São cinco as fases mais utilizadas do desenvolvimento de uma política pública: identificação de um problema, definição de agenda, formulação de políticas públicas, tomada de decisões, implementação e avaliação. Neste processo, consideram a participação de todos os atores públicos e privados na elaboração das políticas públicas; o poder que esses atores possuem e o que podem fazer com ele; o momento atual do país no aspecto social e a organização de ideias e ações.

Figura 01 – Ciclo das políticas públicas



Fonte: Politize, 2016.

De acordo com ALVES (2016).

Identificado um problema, propor a definição de agenda que implica determinado governo reconhecer que um problema é uma questão pública digna de sua atenção. Já a formulação de políticas públicas, refere-se ao processo de gerar um conjunto de escolhas de políticas plausíveis para resolver problemas. Enquanto a tomada de decisão é a fase de criação de políticas que envolve a seleção de um curso de ação a partir de uma gama de opções. Já a implementação, consiste em um processo dinâmico que envolve mobilização de recursos e elementos de todas as fases anteriores. Por fim, a avaliação de políticas públicas refere-se amplamente a todas as atividades realizadas por uma gama de atores estatais. Examina os meios utilizados e os objetivos alcançados. (p. 30-31).

A avaliação é tida como identificação do problema e a definição da agenda. Os conceitos básicos para avaliar as políticas públicas se baseiam na eficácia, eficiência e efetividade. A eficácia busca verificar se o programa produziu algum efeito sobre seus beneficiários, a eficiência de uma política busca utilizar os recursos disponíveis atingindo os melhores resultados e a efetividade mostra em que medida os resultados esperados foram atingidos.

O Estado deverá implantar ações com eficácia e efetividade de modo que contribua para o bem-estar social dos deficientes, buscando valorizar a pessoa como cidadã respeitando suas peculiaridades, contando com a sensibilidade de pessoas dispostas e capazes de entender a diferença.

Na prática do dia a dia é preciso que haja controle social e apoio do poder público para garantir que os direitos dos/as alunos/as deficientes na escola sejam garantidos. A escola para ser considerada inclusiva deve reconhecer e respeitar as diferenças dos alunos por meio do seu processo educativo, buscando o envolvimento de todos integrantes da escola e adotando novas práticas pedagógicas. Sabe-se que as técnicas pedagógicas vão além das escolas e das salas de aula, mas para termos uma escola inclusiva, é fundamental conhecer os direitos e reivindicá-los tornando uma ferramenta crucial para tal mudança na educação.

Estudantes com deficiência têm direitos garantidos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015 (BRASIL, 2015), na Constituição Federal (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

1º- Haverá, quando necessários serviços de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

2º- O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que em função das condições

específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular

3º- A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem como início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL,1996).

Para MANTOAN (1997) a metáfora inclusão é a do caleidoscópio, ou seja, precisa de todos os pedaços para formar as figuras. Portanto assim é a criança que precisa de um ambiente variado, de ajuda de todos para que se desenvolva e consiga atuar dentro do seu espaço.

A política educacional pode ser vista como uma política social e todos os grupos que são identificados como em situação de desigualdade social precisam estar ligados aos serviços educacionais oferecidos por suas comunidades. Todos os alunos que possuem algum tipo de deficiência têm direito ao ensino na modalidade especial da educação básica ao ensino superior.

Compreendem como políticas sociais aquelas relativas as ações que determinam o padrão de proteção social e implemento do Estado, com ênfase na redistribuição dos benefícios sociais para a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (MOREIRA e LARA 2012, p. 49).

As políticas públicas e educacionais passaram a ocupar-se em medidas que intermediassem para que esses indivíduos pudessem ter as suas necessidades atendidas, viabilizando processos que tornassem possível o acesso dos mesmos a diversos locais públicos e privados e principalmente pudessem participar ativamente de atividades igualmente aos não portadores de deficiência, passando a se preocupar em adotar medidas que intermediassem para que esses indivíduos pudessem ter as suas necessidades atendidas, viabilizando processos que tornassem possível o acesso dos mesmos a locais públicos e privados e principalmente pudessem participar ativamente de atividades igualmente as demais pessoas não deficientes.

Citado por NAGEL (2001) em MOREIRA e LARA (2012)

[...] a política educacional, embora se expresse a partir de um dado instante, em diplomas legais, de fato, é um conjunto de medidas agilizadas e sistematizadas pelo governo para atuar, com maior eficiência, nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens já instituídos ou em constante renovação. (p. 49).

Espera-se muito da escola e seu compromisso de educar a todos/as os/as alunos/as sem exceção, inclusive alunos/as com deficiência cujos princípios e diretrizes foram introduzidos com veemência, a equidade seria o grande princípio orientador das políticas públicas

educacionais, a partir da Declaração de Salamanca (1994). Salientado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (2016) “o direito à educação das pessoas com deficiência não é diferente do direito à educação de toda e qualquer pessoa e, portanto, não deve sofrer qualquer tipo de restrição”.

A educação inclusiva como promotora da convivência de todas as crianças, inclusive daquelas que anteriormente estavam fora do sistema educacional regular, tem como premissa básica promover uma formação das subjetividades para uma vida social com base na coesão, na motivação para a participação voluntária nas atividades da comunidade e na adaptação a novas situações. A escola inclusiva, na sua condição de “aberta à comunidade”, é considerada como um aparelho comunitário a sediar a integração das pessoas, no sentido de que proliferem as “resoluções de problemas” locais com base na comunidade. (MOREIRA e LARA, 2012, p. 149).

O ambiente escolar passou a ser um articulador desse processo, as medidas tomadas tanto na estrutura física da escola quanto na priorização de profissionais para atenderem a deficientes tornou-se uma questão urgente. As políticas educacionais vêm priorizando o subsídio de transformar as escolas públicas brasileiras em ambientes inclusivos e de qualidade principalmente na formação de profissionais especializados em lidar com essas deficiências. MANTOAN (1998) apresenta:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (MANTOAN, 1998, p.3).

A educação infantil, no Brasil é definida nessa política como uma parcela representativa do capital humano, investir em crianças é uma ação considerada discursivamente como resultado de um futuro bem-estar e desenvolvimento. (MOREIRA e LARA, 2012, p. 56). Ela revela as transformações sociais decorrentes das reorganizações do capital mundializado. A criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado. (MOREIRA e LARA, 2012, p. 59).

Ao considerar os/as deficientes e as proposições das políticas de inclusão educacional tenta-se oferecer uma leitura crítica das propostas que chegam as escolas anunciando mudanças nas práticas educacionais. Estabelecendo uma definição clara das tarefas e dos papéis de todos os envolvidos no âmbito escolar expressa certa demanda em aclarar quais os sentidos da política de inclusão voltados para a educação dos deficientes.

Nos últimos anos foram propostos alguns programas que foram representativos das

políticas educacionais como “Toda criança na Escola”; “Bolsa-escola”; “Amigos da escola”. O Toda criança na Escola foi o primeiro programa e está ligado a elevação do índice de matrículas no ensino fundamental, já o Bolsa-escola refere-se a transferência de renda e o Amigos da Escola tem participação com a sociedade civil na manutenção das escolas e nas atividades educacionais. (GARCIA, 2004. p.40).

O objetivo desses programas é a permanência de crianças de 7 a 14 anos nas escolas de ensino fundamental juntamente com medidas de ações avaliativas descentralizadas como a gestão de emancipação da educação, o financiamento e a autonomia das escolas.

No Brasil, especialmente após a constituição de 1988, designa-se a Educação Infantil como o nível educacional que antecede o Ensino Fundamental (7 a 14 anos), e que se dá em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos). Também a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) estabelece a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica no sistema educacional brasileiro. (MOREIRA e LARA, 2012, p. 60).

No Brasil, a política de educação especial pode ser definida como “uma forma condicional de inserção em que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas” (MANTOAN, 1997, p. 8).

Focalizar os sistemas de ensino para refletir sobre as políticas de inclusão educacional implica mais que procurar perceber os “ajustes” para adequá-los à presença de alunos considerados com deficiência. É preciso compreender os sistemas de ensino em seus eixos, reconhecer o funcionamento já existente, para apreender as dificuldades em conferir acesso e permanência na educação escolar para esses alunos. (GARCIA, 2004, p. 47).

A busca de profissionais habilitados e até mesmo a habilitação necessária tem se tornado uma grande preocupação das políticas públicas educacionais de atenção aos deficientes. O que se percebe é que mesmo que as políticas inclusivas existentes sendo empregadas na sociedade há algum tempo, ainda não se encontram totalmente preparadas para sanar as falhas do sistema de inclusão.

Segundo uma lógica educacional regida por princípios sociais, democráticos, de justiça, de igualdade, contrapondo-se àquela que é sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, que tantas exclusões têm provocado. (MANTOAN, 2002, p.82).

O artigo 8º da Resolução MEC/CNE/CEB nº 2 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001) destaca que é fundamental para compreender a política de inclusão educacional de sujeitos considerados com deficiência, por que caracteriza as condições necessárias à realização do trabalho escolar.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização

de suas classes comuns:

I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III - flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e inter institucionalmente;
- d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – atividades que favoreçam ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.

As responsabilidades atribuídas aos sistemas de ensino estão voltadas para orientação, avaliação, estabelecimento de convênios e parcerias, e aquelas conferidas às unidades escolares referem-se à execução da política educacional voltada aos sujeitos considerados

com deficiência. (GARCIA, 2004, p. 52).

Um dos fatores a serem considerados no contexto do âmbito escolar, baseia-se no universo plural ao qual a escola está inserida, pois esta precisa lidar com uma multiplicidade cultural na qual a convivência social acaba gerando outro fator preocupante: o preconceito. Neste ponto, os fatores que gerenciam estas discussões permeiam desde a atenção que a escola promove a inclusão até a forma como as ações envolvem o preconceito dentro do ambiente escolar.

A efetivação das políticas educacionais que visam satisfazer as expectativas de um sistema de inclusão eficiente deve estabelecer as relações da escola com o/a aluno/a não só no seu desenvolvimento sócio cognitivo, mas também na forma como ela intervém nas relações excludentes ao qual este aluno/a está exposto/a e como ela/ele se projeta nas situações cotidianas para propiciar ao educando um ambiente favorável para o seu desenvolvimento pessoal e social.

No contexto atual de retrocessos de políticas sociais, temos acompanhado alguns discursos do atual gestor do Poder Executivo federal defendendo a retomada de turmas específicas formadas por estudantes com deficiência, contrariando a orientação de pesquisadores do campo da educação e os resultados observados nas avaliações que mostram que a inclusão é saudável e educativo tanto para os/as estudantes com deficiência, quanto para os demais que aprendem a conviver com as diferenças.

Embora tenhamos gestores/as que pensam na contramão da maioria de estudiosos no mundo, temos também profissionais que desenvolvem trabalhos enriquecedores, como as professoras entrevistadas.

3 QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

O quadro funcional da escola é composto por 16 servidores efetivos e contratados.

Quadro 01: Perfil das professoras participantes

Prof^a	Sexo	Raça/cor	Faixa etária
CS	F	Preta	Acima de 46
AS	F	Parda	De 36 a 46
DS	F	Parda	De 25 a 35
ES	F	Preta	Acima de 46
CR	F	Preta	Acima de 46

Fonte: elaboração da autora.

Com a leitura do quadro acima, verifica-se que em sua totalidade que as participantes escolhidas para este estudo pertencem ao sexo feminino, se autodeclaram negras (pretas e pardas) e estão na faixa etária compreendida entre 25 e acima de 46 anos.

No quadro 02 serão apresentados os dados concernentes às informações sobre a formação das professoras entrevistadas.

Quadro 02: Formação das professoras entrevistadas

Professora	Escolaridade	Instituição	Tipo de graduação	Ano de conclusão	Especialização
CS	Pedagogia e Educação Especial	FAFIDIA e UNISANTA	Presencial e Semipresencial	2005 e 2018	Educação Especial
AS	Pedagogia e Educação Especial	UNOPAR e UNISANTA	Semipresencial	2017 e 2019	Ciências da Religião e Educação Especial
DS	Pedagogia	UNOPAR	Semipresencial	2015	Educação Especial
ES	Letras	UNOPAR e UNISANTA	Semipresencial	2005 e 2019	Educação Especial
CR	Educação Infantil	Colégio Aires do Mato Machado	Presencial	2012	Não tem

Fonte: elaboração própria

As professoras que foram entrevistadas possuem Graduação em Licenciatura no curso de Pedagogia, Curso Técnico em Educação Infantil e alguns possuem especialização em Educação Inclusiva. Não é exigência da escola o professor possuir especialidades para atender alunos deficientes. Uma vez que é necessário apenas Graduação em licenciatura para assumir uma vaga como professora.

Conforme os dados apresentados no quadro três professoras concluíram o curso de graduação em Pedagogia, uma o curso de Letras e uma o curso de Educação Infantil. Dentre

as professoras entrevistadas, quatro professoras concluíram graduação no sistema semipresencial e apenas uma no sistema presencial. Estudaram entre os anos de 2005 a 2019. Quatro delas possuem Especialização em Educação Especial e uma não possui nenhum tipo de especialização. A professora CS concluiu o curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia e Letras FAFIDIA.

As professoras AS, DS e ES cursaram Pedagogia e Letras na faculdade UNOPAR, que é particular e fizeram especialização em outra instituição privada, UNISANTA. Já a professora CS concluiu o curso de Educação Infantil em colégio público e não possui nenhuma especialização.

É inquestionável a importância de professoras com formação continuada adequada e com habilidades para atender à especificidade dos/as alunos/as dentro da escola. É importante ter profissionais atualizados e bem informados em relação às novidades e tendências educacionais. Com a formação adequada do educador é possível melhorar seu desempenho docente e seu conhecimento profissional, conferindo melhores oportunidades de impactar positivamente a condição escolar.

Conforme visto nos dados, somente uma professora informou que não tem formação ou curso na área da Educação Especial. Isso é importante porque pressupõe que as demais estejam aptas a trabalhar com a especificidade dos estudantes com deficiência, e fazer uso de recursos diferenciados a fim de possibilitar o desenvolvimento educacional dos alunos.

Quadro 03: Tempo de atuação como professora

Prof^a	Tempo de atuação como professora	Tempo de atuação como professora de criança com deficiência	Nº de escolas que trabalha	Turno
CS	23 anos	Mais de 10 anos	2	Matutino e vespertino
AS	4 anos	3 anos	2	Matutino e vespertino
DS	4 anos	3 anos	1	Matutino
ES	12 anos	10 anos	1	Vespertino
CR	7 anos	6 anos	1	Matutino

Fonte: elaboração da autora.

Verificando os dados apresentados no quadro 3 confirma-se que dentre as professoras entrevistadas, todas possuem mais de quatro anos de atuação como professoras. Duas professoras, AS e DS possuem quatro anos de atuação, a professora CR possui sete anos, a professora ES possui doze anos e a professora CS possui vinte e três anos de atuação como professora. Duas professoras trabalham nos turnos matutino e vespertino e três trabalham apenas em um turno.

A Legislação Trabalhista consente desenvolver atividades em mais de um emprego ao mesmo tempo. De acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT - é permitido ao funcionário estabelecer vínculo empregatício com outras organizações em seu horário livre, ou seja, fora da jornada de trabalho habitual. Porém, do ponto de vista comportamental, segundo o Guia Trabalhista (2014), profissionais que possuem empregos simultâneos podem gerar riscos tanto para si como para seus empregadores.

Boa parte dos professores atuam em mais de uma instituição, acredito que isto pode tornar ainda mais desgastante sua rotina de trabalho por terem que se adaptar a diferentes relações de trabalho e públicos. Penso que a disposição do professor de dupla jornada poderia acarretar indícios de perda no desempenho profissional, perda da capacidade criativa, indisposição para executarem suas atividades e estresse profissional.

As entrevistas

O quadro abaixo apresenta informações sobre a realização das entrevistas, o tempo de duração de cada entrevista e a técnica utilizada para sua realização.

Quadro 04: Entrevistadas: data da entrevista, tempo de duração e técnica utilizada.

Entrevistada	Data da entrevista	Tempo de duração	Técnica utilizada
CS	15 de Dezembro	1 h e 40 min	Chamada de Vídeo whatsapp
AS	16 de Dezembro	50 min	Chamada de Vídeo whatsapp
DS	16 de Dezembro	1 h e 25 min	Presencial
ES	17 de dezembro	56 min	Chamada de Vídeo whatsapp
CR	17 de dezembro	1 h e 15 min	Chamada de Vídeo whatsapp

Fonte: elaboração da autora.

As entrevistas ocorreram entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2020. A entrevista de

menor duração foi de 50 minutos e de duração máxima foi de 1 hora e 40 minutos. Apenas uma entrevista foi feita pessoalmente e as outras quatro foram feitas através do aplicativo whatsapp por meio do recurso de chamada de vídeo. Apesar da mediação tecnológica durante as entrevistas, foi possível perceber a emoção que as professoras transmitiram quando falavam da evolução dos alunos deficientes. Era notório o sentimento de satisfação ao perceber que eles conseguem se adaptar ao meio que estão inseridos. Esta mesma emoção eu sentia ao ver a criança que eu conheci com poucos movimentos progredir, principalmente na escola, pois o convívio com outras crianças o incentivava a fazer as mesmas coisas, mesmo ele sabendo de suas limitações.

CAPÍTULO 4 BREVE HISTÓRICO SOBRE A DEFICIÊNCIA

A luta das pessoas com deficiência e/ou a de seus responsáveis pela garantia de direitos, inclusive à escola, é marcada por ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais. Embora as deficiências sejam tão antigas quanto a própria humanidade, sempre houve discriminações, preconceitos e distinções.

Para entender o processo de garantia do direito à inclusão educacional de estudantes com deficiência, abordaremos nesse capítulo, alguns aspectos históricos sobre a deficiência como referencial teórico para a pesquisa.

4.1 A deficiência ao longo da história

Na Era Neolítica (Idade da Pedra) que veio substituindo a Era Paleolítica (Antiga Idade da Pedra), os homens deveriam ser fortes e além de lascar, polir e amolar ferramentas de pedra deveriam aprender também a cultivar. (WELLS, 2011, p. 54). Como a atividade braçal era intensa, mesmo depois desta evolução, nas primeiras tribos era difícil a sobrevivência de pessoas com deficiência, pois elas eram tidas como pessoas frágeis e representavam um perigo para o grupo.

Para buscarem melhores condições de sobrevivência, as comunidades precisavam se locomover para outras regiões. Desta forma, ocorria a eliminação de algumas pessoas, principalmente, as crianças deficientes. Segundo FUMEGALLI (2012) esse tipo de

comportamento era aceitável à época, não representando nenhuma atitude antiética ou imoral, uma vez que a proteção da tribo se sobrepunha aos riscos advindos da permanência de um “deficiente” no grupo. (p. 04).

As atitudes tomadas em relação aos deficientes eram de acordo com os costumes de determinado período histórico, sendo ora de rejeição, ora de inclusão, pois acreditavam que o indivíduo iria sofrer ao longo de sua vida.

Uma criança com deformidades físicas era imediatamente rejeitada, acreditando-se que traria maldição para a tribo, dentre outras consequências. Uma das formas de se livrar desses recém-nascidos era abandoná-los nas matas, ou atirá-las de montanhas e, nas mais radicais atitudes, até sacrificá-las em chamados rituais de purificação. (FIGUEIRA, 2020, p. 07).

Na Mitologia Grega, o tratamento apresentado às pessoas deficientes era de abandono e sacrifício. Em Esparta, pelas leis vigentes, os pais de qualquer recém-nascido “eram obrigados a levar o bebê, ainda bem novo, a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reunia para examinar e tomar conhecimento oficial do novo cidadão” (FUMEGALLI, 2012, p. 06). Depois do resultado do exame determinava qual seria o destino da criança recém-nascida, se seria criado pela família ou se seria levada ao sacrifício.

A sociedade sempre quis eliminar ou excluir as pessoas que eram consideradas diferentes dos padrões estabelecidos pela sociedade, principalmente em cidades como Atenas e Esparta, que cultuavam o corpo perfeito e forte.

Em Esparta e Atenas crianças com deficiência física, sensorial e mental eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Tal prática era coerente com os ideais atléticos, de beleza e classistas que serviam de base à organização sociocultural desses dois locais. Em Esparta, eram lançados do alto dos rochedos e, em Atenas, eram rejeitados e abandonados nas praças públicas ou nos campos. (BRASIL, 2008. p. 07)

No Direito Romano, havia leis específicas voltadas para o recém-nascido. A forma humana orientava o destino daqueles que apresentassem deformidades externas excepcionais. Dependendo da situação, a lei dava o poder ao pai para exterminar aquela criança que nascesse deformada. Prescrita na Lei das 12 Tábuas (450-449 a.c), ao tratar do pátrio poder e do casamento na Tábua Quarta, I: “É permitido ao pai matar o filho que nasceu disforme, mediante o julgamento de cinco vizinhos”. (FUMEGALLI, 2012, p. 07).

Essas práticas foram arduamente criticadas pelo Cristianismo, que se opunha a essas práticas. Segundo FUMEGALLI (2012) o cristianismo

Baseava-se na caridade, virtude que tinha como base o sentimento de amor ao próximo, o perdão, a humildade e a benevolência conteúdo este pregado por Jesus Cristo e que, cada vez mais, conquistava sobremaneira os desfavorecidos. Entre estes estavam aqueles que eram vítimas de doenças crônicas, defeitos físicos e mentais. (p. 08).

Em meados de 451 a.C o cristianismo era contra as práticas apoiadas pelo sistema vigente que possibilitava a morte de crianças deficientes, influenciando alterações nas concepções romanas, segundo SILVA (2009)

Essa lei considerava os costumes arraigados – embora não generalizados – de mais de cinco séculos, prevalecentes em Roma desde a Lei das Doze Tábuas, e em Esparta principalmente, que não só permitiam como também exigiam que o pai de família, senhor absoluto de tudo e de todos no lar, fizesse morrer o recém-nascido que ele não queria que sobrevivesse, devido a defeitos ou a malformações congênitas. Constantino taxou esses costumes de “parricídio” e tomou providências para que o Estado colaborasse para a alimentação e vestuário dos filhos recém-nascidos de casais mais pobres. Exigiu que essa nova lei fosse publicada em todas as cidades da Itália e da Grécia, e que fossem em todas as partes gravadas em bronze para, dessa forma, tornar-se eterna.

SILVA (2009) afirma que foi por influência da Igreja católica que surgiram os primeiros hospitais e instituições de caridade destinadas a atender deficientes abandonados, pobres e doentes graves ou crônicos. Em BONFIM (2019)

A ascensão do cristianismo trouxe mudanças em relação ao tratamento dedicado às pessoas com deficiência, as quais passaram a ser alvo de ações caritativas daquelas que buscavam purificação moral e espiritual. (p. 153).

Ainda que diante das precárias condições de vida e de saúde da população, o povo deduzia ser um “castigo de Deus” as crianças que nasciam com deficiência, assim a estes só restavam o abandono e a discriminação.

No início do século XIX, a sociedade começou a entender que o tratamento voltado aos deficientes deveria ter uma atenção especializada, com organizações separadas voltadas para cuidado e atendimento mais racional e menos oneroso. Entretanto, a internação das pessoas com deficiência, embora com o intuito de tratamento de suas doenças, não passava de meio de marginalização e de exclusão. (FUMEGALLI, 2012, p. 11).

A partir do século XIX aconteceu um importante reconhecimento da pessoa deficiente, foi quando Napoleão Bonaparte exigiu que seus generais cuidassem dos ferimentos

dos seus soldados feridos, percebendo que alguns feridos precisavam da ajuda de outras pessoas para determinadas tarefas, fazendo comparação aos deficientes que muitas vezes também necessitavam da ajuda dos outros.

Na primeira década do século XX, houve maior mobilização para tratar e procurar possíveis soluções para a proteção e inserção dos deficientes na sociedade. Foram realizadas conferências e congressos em vários países, abordando assuntos sobre crianças inválidas, pessoas deficientes, dentre outros.

Segundo FUMEGALLI (2012) a primeira conferência sobre crianças inválidas ocorreu em Londres/Inglaterra, 1904; o Congresso Mundial dos Surdos, em Saint Louis/EUA, 1909, e a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes.

Em 1919, com o fim da Primeira Guerra, foi consolidado o Tratado de Versales e junto com ele foram criadas também várias organizações independentes, dentre elas Sociedade Escandinava de Ajuda a Deficientes, hoje conhecida como *Rehabilitation International*, a primeira organização voltada a buscar novos e melhores meios de reabilitação às pessoas com deficiência.

Em setembro de 1939, o chanceler alemão Adolf Hitler declara guerra à Polônia, dando início à primeira fase da Segunda Guerra Mundial. Esse programa nazista foi extinto no período pós-guerra, foi instaurado o Programa de Eutanásia na Alemanha nazista, cujo objetivo era a eliminação de doentes incuráveis, doentes mentais e físicos, e idosos. FUMEGALLI (2012) salienta que o decreto de eutanásia nazista se configurou num dos raros casos em que houve protestos populares na Alemanha, contrários às diretrizes impostas pelo terceiro Reich, especialmente pelos familiares das vítimas. Mas mesmo diante dos protestos deu-se início a execução do programa de eutanásia nazista para fim das pessoas consideradas indignas de viver, o programa durou até o final da guerra.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial as pessoas começaram a ter uma nova visão sobre os deficientes. Observando o cenário de destruição, vendo que as pessoas mais próximas, familiares, colegas e amigos passando por situação de dependência, começaram a reformular a maneira de lidar com esse novo parâmetro. Surge então, a preocupação com o bem-estar dos deficientes, passaram a defender seus direitos e a pensar sobre a inclusão das pessoas com deficiência. Assim, começaram a criar leis que protegiam e guardavam os seus direitos no Brasil e no mundo inteiro.

Os movimentos políticos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência atuavam de forma diferenciada, mas em busca de um objetivo comum: mudar radicalmente a posição desse grupo na sociedade, isto é, romper com

o estigma de fardo social e tornar essas pessoas protagonistas de sua própria história. (BONFIM, 2019, p. 171).

Ao findar a guerra, o mundo viu a necessidade de amenizar os males trazidos por ela e organizar a reabilitação das pessoas que a guerra tornara deficientes. Em 1945 foi constituída a Organização das Nações Unidas - ONU com a função de trabalhar pela paz entre as nações.

Em 1948, é criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, em seu primeiro artigo já citava a igualdade em dignidade e direitos de todos os seres humanos, ou seja, mesmo diante de todas as diferenças, somos iguais e temos direito à dignidade.

Ainda na Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XXV cita:

Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos orientava a garantia de paz sobre os povos e, maiormente a garantia dos direitos de todas as pessoas de forma igualitária. Acredito que este documento teve um grande valor humanitário e histórico, através dele surgiram interesses para a consolidação de novas instituições e para a concretização da inclusão dos deficientes. Como salienta ainda Gerbi

A Declaração de 1948 alterou radicalmente nossa antiga concepção ética, alegando que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos”, contradizendo as ideologias passadas, anunciando assim, uma nova era histórica: “a unificação da humanidade”. A consciência de que a humanidade forma um só grupo unido pela solidariedade, ao ponto onde, tudo que prejudicar um indivíduo, um povo ou uma etnia, está automaticamente prejudicando a humanidade inteira. (GERBI, 2014).

Na década de 1960, a pessoa deficiente era conhecida como “indivíduo excepcional” segundo FUMEGALLI (2012). Era alguém especialmente talentoso, que podia atribuir um sentido positivo aos indivíduos, superando assim as atitudes preconceituosas em que eram enunciadas. Surgem novas maneiras e expressões relacionadas, como por exemplo, pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoas especial ou apenas especial.

Em vários países foram criadas instituições voltadas ao tratamento específico de pessoas com deficiência.

A ONU, segundo Bonfim (2019) passou a contribuir para a concretização de mudanças de nível global com a divulgação da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975 e a adoção do ano de 1981, como o Ano Internacional da Pessoa

Deficiente. (p. 171) constituindo um documento de fundação da organização a Carta das Nações Unidas que diz,

Nós, os povos das Nações Unidas, resolvemos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla. (FUMEGALLI, 2012, p. 16).

Enquanto país signatário dos pactos internacionais, o Brasil acompanhava as mudanças no campo legislativo em relação às pessoas com deficiência. Porém, a integração nas normativas e a garantia dos direitos só se tornaram possíveis por pressões e tensionamentos sociais.

Assim, a Constituição Federativa do Brasil (CF) de 1988 trouxe avanço nos direitos de igualdade aos deficientes. No ano seguinte, foi editada a Lei n. 7.853/89, que criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, apoiando às pessoas “portadoras de deficiência” e sua integração social, dentre outros pontos.

A CF (BRASIL, 1988) induziu o surgimento de outras medidas legais de proteção à pessoa com deficiência:

Seguiram-se à Lei n. 7.853/89: Lei n. 8.112/90 (Lei dos Servidores Públicos – previsão de reserva de vagas em concursos públicos – artigo 5º, § 2º); Lei n. 8.213/91 (Previdência Social - cota de vagas em empresas privadas – artigo 93); Declaração de Salamanca de 1994 (traz a concepção de educação inclusiva); Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - acesso à educação e especialização – artigo 4º, inciso III e artigos 58 a 60); Decreto Federal n. 3.298/99 (regulamentação); Convenção de Guatemala (Decreto n. 3.956/2001 - não discriminação). (DICHER e TREVISAM, p.18).

Para oferecer maior garantia do direito das pessoas com deficiência seguindo o princípio da dignidade humana, o Brasil ratificou, em 2008, por meio do Decreto Federal nº 6.949/2009, a Convenção Internacional dos Direitos dos Deficientes, que em seu artigo primeiro diz:

Art. 1º: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Embora haja vários ordenamentos jurídicos vigentes, as pessoas deficientes ainda não desfrutam das mesmas oportunidades que as outras pessoas, compor a sociedade de maneira respeitosa e autônoma, não têm garantido o seu direito e sua dignidade humana, em virtude dos preconceitos e discriminações historicamente construídos.

3.2 Deficiência (s): conceitos e legislações

De acordo com a Convenção de Nova Iorque, promulgada pelo Decreto nº 6.949/09, pessoa com deficiência, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, é aquela que está impedida por longo prazo de interagir com sua participação plena na sociedade em igualdade com as outras pessoas.

Em ALEXANDRE (2019) pode-se identificar como deficiente todo aquele que tem um ou mais problemas de funcionamento ou falta de parte anatômica, restringindo com isto dificuldades de vários níveis, como locomoção, percepção, pensamento e relação social. (p. 2).

FIGUEIRA (2020) ressalta que “com certeza, as pessoas com deficiência existiam sim no início de nossa história. Mas diante de tal afirmação, leva-nos a pressupor que, talvez como consequência cultural da política de exclusão dos índios, a sociedade colonial continuasse a segregar a esconder essas pessoas”. (p. 22).

De acordo com DINIZ, BARBOSA & SANTOS (2009) deficiência é uma manifestação da diversidade humana, é uma desvantagem natural devendo os esforços se concentrar em reparar os impedimentos corporais a fim de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie.

Muitas definições foram utilizadas para descrever as pessoas com deficiência e atravessam décadas tentando atribuir uma explicação para a busca da superação de preconceitos.

Deficiência vem da palavra *deficientia* do latim e sugere algo que possua falhas, imperfeições, não é completo. É o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica. Diz respeito à biologia da pessoa. (OMS, 2007).

A convenção da Guatemala, internalizada à Constituição Brasileira pelo Decreto nº 3.956/2001, no seu artigo 1º define deficiência como [...] “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. Essa definição ratifica a deficiência como uma situação. (BRASIL, 2007).

De acordo com FONSECA (2019) o modelo discriminatório vem desde a antiguidade onde as pessoas com deficiência eram consideradas sub-humanas, ou seja, eram pessoas que não contribuíam com a vida humana. Em FONSECA (2019) as crianças com deficiência física, sensorial e mental, eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação e abandono. Essa história de preconceitos e discriminação vem provocando por muito tempo, atos de exclusão em todas as categorias da sociedade. (p. 01).

Existem milhares de pessoas com deficiência no planeta, segundo a Revista de Educação Especial, (2010), de acordo com o Censo Demográfico (2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística existem aproximadamente 3.605.183 jovens com pelo menos uma deficiência (14,7% do total de jovens) (Secretaria de Educação Especial, 2010).

A deficiência é uma condição resultante de uma limitação de algum nível que compromete determinados desempenhos. Em PECOTCHE (2012) todas as deficiências, afetam a vida psíquica, tal como fazem as enfermidades em relação ao corpo. (p. 15).

Como salienta MAIOR (2017) a deficiência é um conceito em evolução, de caráter multidimensional e o envolvimento da pessoa com deficiência na vida comunitária depende de a sociedade assumir sua responsabilidade no processo de inclusão, uma vez que a deficiência é uma construção social, referindo ao contato entre a pessoa e as barreiras.

À pessoa com deficiência deve ter assegurado o exercício dos seus direitos, SANTOS (2012) diz que deficiência corresponde a uma habilidade em déficit, uma perda ou uma anormalidade (...) (p. 937).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) deficiência é alguma restrição ou falta de habilidade (resultante do prejuízo) para realizar uma atividade dentro dos padrões de alcance dos seres humanos.

De acordo com TÊDDE (2012)

Segundo a Unicef, as principais causas das deficiências no Brasil são a nutrição inadequada de mães e crianças, doenças infecciosas, acidentes e ocorrências de acontecimentos anormais nas fases pré-natais e pós-natais. Além de problemas sociais que são responsáveis por deficiências como violência, acidentes, baixo nível socioeconômico, falta de conhecimentos, uso de drogas, exclusão e abandono social. (p. 20).

Os tipos de deficiência correspondem às alterações biológicas e suas necessidades específicas. Na legislação brasileira, os diferentes tipos de deficiência estão categorizados no Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL,2004) como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência (BRASIL, 2004).

De acordo com o Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL,2004) as deficiências são:

a) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

b) Deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis - dB ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

c) Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

d) Deficiência mental leia-se intelectual: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. Trabalho.

e) Deficiência intelectual refere-se ao aspecto cognitivo e não se confunde com o transtorno ou doença mental. Existem graus de deficiência intelectual que podem ser definidos pelas limitações no aprendizado e outras habilidades adaptativas. A síndrome de Down é um tipo de deficiência intelectual, relacionada á alteração genética e é expressa por características físicas.

f) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

A deficiência pode em grande parte estar ligada a fatores sociais, culturais e educacionais. É no social que registram condições limitadoras, e a mídia em geral ao favorecer a combinação deficiência/carência em desvantagem do sujeito em relação ao meio. Os fatores contextuais de ordem pessoal e ambiental podem tanto favorecer quanto criar e ampliar desvantagens para pessoas com deficiências. (MAZZOTA & DANTINO, 2011, p. 387).

A educação, assim como a cultura e o lazer estabelecem estruturas fundamentais na mediação e consolidação da inclusão social da pessoa com deficiência e qualquer outro sujeito.

A deficiência não é uma categoria com perfis clínicos estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional. O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características “deficitárias”. (COLL *et al.*, 1995 p. 12).

Na primeira metade do século XX, segundo MAIOR (2017) surgiu o modelo biomédico de deficiência, que entende a deficiência como uma incapacidade a ser ultrapassada, corresponde à integração de pessoas com deficiência à sociedade, situação onde os esforços de participação são desenvolvidos pela pessoa e sua família.

O modelo social de deficiência tem como eixo as condições de interação entre a sociedade e as pessoas com limitações funcionais que visa à transformação das condições sociais mediante políticas públicas inclusivas. Assim salienta OLIVER (1990) em MEDEIROS & DINIZ (2004)

O modelo social da deficiência, conforme mencionado anteriormente surge na década de 1960, no Reino Unido como uma reação às abordagens biomédicas. Sua idéia básica é que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, transferindo as responsabilidades pelas desvantagens dos deficientes das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade de a sociedade prever e ajustar-se à diversidade. (MEDEIROS & DINIZ, 2004, p. 40).

Creio que o modelo social de deficiência diz respeito à eliminação de barreiras físicas, programáticas e atitudinais para que as pessoas possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens.

O ponto de partida teórico do modelo social é ser a deficiência considerada uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade e que ele vive, isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo com algum tipo de perda ou redução de

funcionalidade (lesão) a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal. (MEDEIROS E DINIS, 2004, p. 40).

Atualmente, aplicam-se as regras da Declaração dos Direitos Humanos para garantir a virtude da pessoa com deficiência, sua autonomia e o combate á violação de seus direitos.

MEDEIROS & DINIZ (2004) diz que

Em síntese, o modelo médico identifica a pessoa deficiente como alguém com algum tipo de inadequação para a sociedade; o modelo social, por sua vez, inverte o argumento e identifica a deficiência na inadequação da sociedade para a inclusão de todos, sem exceção. (MEDEIROS & DINIZ, 2004, p.52)

O aspecto da deficiência pode variar num mesmo indivíduo, o que quer “dizer que nem sempre uma deficiência se comporta da mesma forma, o que às vezes torna difícil seu reconhecimento”. (PECOTCHE, 2012, p. 12).

Algumas pessoas com deficiência física têm limitação para sair e entrar, ir e vir, virar, levantar os braços, alterar posições para se proteger, obedecer a instruções como ficar parada, sair de um veículo. (MAIOR, 2015, p. 04). A deficiência física pode tornar o indivíduo incapaz de sustentar e equilibrar o corpo, a cabeça e os movimentos dos membros superiores, dependendo do grau de acometimento.

Em MAIOR (2017) as pessoas que já nasceram surdas ou perderam a audição antes de aprender a falar usam a língua de sinais como forma de comunicação; podem falar ou não, e percebe-se alteração na forma de falar; muitas vezes, sua capacidade de ler e de escrever é insuficiente. Já as pessoas com deficiência auditiva que antes ouviram, desenvolveram a comunicação oral e deixaram de ouvir, são capazes de falar e se foram alfabetizadas usam a língua portuguesa para escrever e para ler as legendas para interagir. É direito legal de a pessoa surda utilizar a Língua Brasileira de Sinais – Libras, oficializada na Lei nº 10.436/2002, sendo obrigação o Estado manter intérpretes de Libras nos órgãos públicos, bem como capacitar os agentes públicos a usar a Libras (BRASIL, 2002).

Segundo MAIOR (2017), as pessoas com deficiência visual podem ser cegas ou apresentar baixa visão. Nos casos de baixa visão, as pessoas se beneficiam com imagens e letras ampliadas e próximas, com bom contraste de cores, entre o fundo e a imagem. Algumas pessoas cegas e as com baixa visão utilizam as bengalas para ajudar evitar obstáculos e perigos e para direcionar seu deslocamento; existem determinados lugares com pisos táteis que facilitam sua mobilidade. De acordo com o Decreto nº 5904/2006, a pessoa com deficiência visual pode usar o cão-guia nas suas atividades dentro e fora de casa e em todos os ambientes.

A paralisia cerebral é uma das possíveis situações de deficiência múltipla, de acordo com seu diagnóstico ela se refere à uma lesão cerebral que pode afetar os movimentos, a visão, a audição, a função cognitiva, em diferentes associações.

A deficiência e sua evolução histórica revelam como a sociedade precisa evoluir para o respeito às diferenças individuais, possibilitando que as pessoas com deficiência possam alcançar seus direitos, aos bens e serviços e possam conviver socialmente e igualmente com as demais pessoas.

Para seguir a orientação do Estatuto da pessoa com deficiência Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que versa sobre os direitos dos deficientes em todos os âmbitos da vida, é preciso que se atentem as normas e direitos da acessibilidade, que na maioria das vezes é substituída por uma adaptação razoável. Mesmo com várias normas e leis, nem sempre a prática caminha junto com a teoria, arquitetonicamente falando muitos espaços já foram criados sem a preocupação com a acessibilidade. É preciso utilizar de ferramentas como placas sinalizadoras, mapa tátil, corrimãos, rampas, sanitários adaptados, mas é raro ver um ambiente totalmente adaptado.

CAPÍTULO 5 - A INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PROCESSO ESCOLAR COMO DIREITO

Segundo FIGUEIRA (2020), no passado “um número considerável de pessoas com deficiência intelectual, até mesmo por falta de exames e diagnósticos mais precisos eram confundidos com deficientes mentais e internados indiscriminadamente” em instituições segregadoras. (p. 83).

Muitas vezes, os alunos com deficiência eram considerados seres incapazes, não tinham acesso à educação e eram tratados com indiferença. (...) a existência discriminatória da escola e de toda a sociedade limita-se a escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade. (AMARAL, *et al* 2014, p. 03).

Entre 1930 e 1940, ampliou-se consideravelmente o número de instituições dedicadas ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Ampliou-se no Brasil o atendimento à deficiência mental.

Instituições que eram constituídas por equipes formadas por médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos dentre outros, que tinha como

meta habilitar as pessoas com deficiência e integra-las na sociedade. (FIGUEIRA, 2020).

A Constituição de 1934 (BRASIL,1934) instituiu mudanças nas leis, estabelecendo a educação como direito de todos. Implantaram-se medidas referentes à Educação Nacional, como a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados.

Em 1946 (BRASIL,1946) a Constituição Federal determinou à União a responsabilidade de firmar as diretrizes e bases da Educação Nacional, em 1968 e 1971, substituída pela atual de 1996.

Segundo FIGUEIRA (2020) até 1950 havia 40 estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo Poder Público destinados ao trato das pessoas deficientes.

A seguir traçamos um quadro das principais instituições e deficiências atendidas.

Quadro 5 - Principais instituições e deficiências atendidas

Deficiência visual		
Instituto Benjamin Constant – IBC	12 de setembro de 1854	Rio de Janeiro, RJ
Instituto de Cegos Padre Chico	27 de maio de 1928	São Paulo, SP
Fundação para o Livro do Cego no Brasil - FLCB	11 de março de 1944	São Paulo, SP

Deficiência auditiva

Instituto Santa Terezinha	15 de abril de 1929	Campinas, SP
Escola Municipal de Educação Infantil de 1º grau para deficientes auditivos Hellen Keller	13 de outubro de 1952	São Paulo, SP
Instituto Educacional São Paulo – IESP	18 de outubro de 1954	São Paulo, SP

Deficiência Física

Lar – Escola São Francisco	01 de fevereiro de 1943	São Paulo, SP
Associação de Assistência à Criança Defeituosa-AACD	14 de setembro de 1950	São Paulo, SP
Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	01 de agosto de 1971	São Paulo, SP

Deficiência intelectual

Instituto Pestalozzi de Canoas	Ano de 1926	Canoas, RS
Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais	05 de abril de 1935	Belo Horizonte, MG
Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro	Ano de 1948	Rio de Janeiro, RJ
Sociedade Pestalozzi de São Paulo	15 de novembro de 1952	São Paulo, SP
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro	11 de dezembro de 1954	Rio de Janeiro, RJ
Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Paulo	04 de abril de 1961	São Paulo, SP

Fonte: Quadro do livro Caminhando em silêncio: as pessoas com deficiência na história do Brasil. FIGUEIRA, 2020, p. 72.

A Lei nº 4.024 de 1961 - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN traz a garantia o direito à educação em escolas regulares para as crianças portadoras de alguma deficiência ou superdotadas e passou a estabelecer o atendimento educacional às pessoas com deficiência, apontando o direito dos “excepcionais” à educação.

Procurando acrescentar ao discurso de igualdade de oportunidade e à ideia de educação para todos/as, associada a procura por um padrão educacional para pessoas com deficiências em um período de transformações políticas sociais e econômicas, surge a LDBEN nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971) que cita em seu artigo 9º o atendimento a alunos/as com necessidades especiais:

Os alunos/as que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

Os/as alunos/as identificados com necessidades educacionais especiais tinham atendimento escolar especializado, já os/as alunos/as que apresentavam qualquer outro tipo de problema, sem uma deficiência identificada, continuavam esquecidos.

Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP (BRASIL, 1973) responsável pela educação especial no Brasil, os/as alunos/as que conseguiram acompanhar o ensino regular permaneceram nas escolas regulares, os/as outros/as alunos/as

que não acompanhavam os/as demais, foram mandados para a educação especial, difundindo o movimento da integração escolar dos/as indivíduos/as com restrições físicas ou mentais. Aqueles que apresentavam necessidades educacionais passaram a receber atendimento regulamentado pelo Governo Federal.

Em 1977, foi elaborado o Plano Nacional de Educação Especial, para o período 77/79 (BRASIL, 1977) que elegeu a organização e o desenvolvimento dos serviços de educação precoce e o atendimento a educandos com problemas relativos à aprendizagem.

No início da década de 1980, as escolas brasileiras buscaram uma maior independência para a construção de um projeto político-pedagógico que atendesse as diferenças e a política educacional vigente ligada à inclusão escolar.

Com a democratização da educação brasileira elaborada pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988) estabeleceu a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e garante como dever do Estado. Foi declarada a educação de pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com atendimento educacional especializado.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º inciso 5º, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm como objetivo fundamental “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Educação para todos. (BRASIL, 1988).

Em 1989, foi reafirmada pela Lei 7.853/1989, a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e determinou ser crime o ato de “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta” (BRASIL, 1989).

A partir dos anos 1990 a história da educação especial ficou marcada por movimentos a favor da Inclusão Escolar. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, (BRASIL,1990) reforçou a obrigação da matrícula na rede regular de ensino. Na Lei 8069/90, no seu art. 53 diz que “a criança e o/a adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)”.

Foi por intermédio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que o ordenamento jurídico garantiu a proteção integral às crianças e adolescentes, admitindo que as crianças e adolescentes sejam cidadãos de direito em condição de desenvolvimento e, portanto, devem ser prioridade absoluta do Estado.

A preferência pela escola inclusiva foi oficialmente reconhecida por diversos países, através da *Declaração de Salamanca* (1994). Esse mesmo documento trouxe uma considerável discussão referente ao termo “necessidades educacionais especiais”. A representação deste movimento pela inclusão está evidentemente anunciada na legislação brasileira, que se dispõe pelo atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente em classes regulares da escola, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino (BRASIL, 1999).

Em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 1984) informando o processo de “integração instrucional” que preserva o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades no mesmo ritmo dos demais alunos.

As diretrizes apontadas pelo Conselho Nacional de Educação, leis, decretos e resoluções, bem como a legislação publicada em 1994 sobre o tema, criam as ações básicas para a execução das propostas de educação inclusiva. Para definição de uma política nacional para educação, as ações governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia dessas ações em nível federal, estadual e municipal. (BRASIL, 2007).

No ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL,1996) definiu que a educação dos portadores de necessidades especiais deve dar-se a preferência na rede regular de ensino. Destaca, orienta e possibilita a inclusão do educando.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, (BRASIL, 1999) regulamentou a Lei nº 7.853/89 (BRASIL, 1989) que estabelecia sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e definiu o conceito de deficiência:

Como todo aquele que tem uma perda ou uma anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que provoque incapacidade para desempenhar atividade, dentro do padrão considerado normal para os demais e afirma ainda que deficiência permanente é aquela que ocorreu num determinado tempo sem recuperação, mesmo com novos tratamentos.

Tal Decreto (BRASIL, 1999) definiu que a educação especial é uma categoria voltada a todos os níveis e modalidades de ensino, apontando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

A Convenção da Guatemala de 1999, regulamentada no Brasil pelo decreto de nº 3.956/2001 (BRASIL, 2001) dispôs a educação especial, no contexto da diferenciação, para que realmente elimine as barreiras que prejudicam o acesso de todas as pessoas com deficiência, que têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais, à escolarização.

Ao sistema público compete acrescentar em seus projetos políticos pedagógicas ações direcionadas às políticas para uma educação inclusiva. O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação do Governo Federal estabelecem cidades-polo para multiplicar e agilizar suas ações na área de Educação Especial. (BRASIL, 2007).

Os artigos 24, inciso 5º e o art. 37, parágrafo 1º da LDB (BRASIL, 2007) evidenciam a maneira que a educação básica deve-se organizar: “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (p.3).

Em 2001, o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2001) afirma que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ela defende que a inclusão da diversidade humana não diz respeito apenas às pessoas com deficiência, mas também, ao negro, ao índio, ao pobre, dentre outros.

No mesmo ano em 2001, foram aprovadas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) para os temas de organização dos sistemas de ensino para o auxílio ao aluno/a que apresenta necessidades educacionais especiais e a formação do professor/a.

A educação de qualidade é um direito de todos. O Capítulo III, artigo nº157, que trata da educação, afirma que: o atendimento educacional especializado aos deficientes, preferencialmente pela rede regular de ensino, garantindo-lhes recursos humanos e equipamentos públicos adequados. (BRASIL, 1940).

A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS torna-se conteúdo curricular dos cursos superiores através da lei Nº 10.436/02 (BRASIL,2002) regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2007). Libras torna-se um intermédio legal de comunicação e expressão e o MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a divulgação do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

No ano de 2004, o Ministério Público Federal publicou o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” (BRASIL,2004) com o objetivo de transmitir o entendimento de inclusão.

Em 2006, a Secretaria dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça e a UNESCO elaboraram o “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, que resguarda a inclusão de assuntos relacionados às deficiências no currículo da Educação

Básica. (BRASIL, 2007). Juntamente com a ONU o Brasil, assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007) tendo como fundamentos a formação de professores para a educação especial, a inserção de salas de recursos multifuncionais, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior.

Em 2008, foi aprovada a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) na concepção da educação inclusiva a qual determinou o público-alvo da educação especial e normalizou o atendimento educacional especializado em Sala de Recursos Multifuncionais, devidamente equipadas para a oferta de serviços especializados.

A educação inclusiva é o processo que assegura a todas as crianças o direito de serem matriculadas na escola, sejam elas portadoras ou não de necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. (TÉDDE, 2012, p. 16).

O princípio básico da inclusão escolar consiste que as escolas reconheçam diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado e promova modificações organizacionais, estratégias de ensino e uso de recursos, dentre outros quesitos. (UNESCO *apud* MENDES, 2002).

O conceito de Educação Inclusiva tem duas definições básicas, segundo Figueira (2020),

Educação Inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade. Ou ainda, Educação Inclusiva é uma atitude de aceitação de diferenças, não uma simples colocação em sala de aula. (FIGUEIRA, 2020, p. 82).

Muito se tem discutido o papel das escolas e do/a educador/a. os /as educadores/as devem construir possibilidades com seus alunos/as, valorizando as questões de diversidade e cidadania. Percebe-se que a educação e principalmente o/a professor/a deve se diferenciar no processo atual social, político, cultural e econômico, com um novo perfil com objetivos de formação de sujeitos críticos e transformadores. Segundo JESUS (2009)

A educação brasileira está permeada de desafios e incertezas. Portanto formar professores significa uma revisão fundamentada e pesquisas sobre a realidade de cursos, habilitações, currículos e práticas pedagógicas, que culminem na formação do educador/educando como um cidadão plural, inspirado na ética e no respeito aos códigos culturais alheios. (p. 111).

Frente a novas mudanças ocorridas no século XX, o/a profissional da educação necessita ter uma visão relacionada à leitura do mundo e da condição humana. Em JESUS (2009)

O educador que não quer danificar o sentido humano da sua prática docente deve estar disponível a aceitar as incertezas. Contudo, a disponibilidade para aceitar as incertezas não depende apenas de boa vontade do educador. Depende fundamentalmente da inscrição do seu agir em novo registro epistemológico, isto é, em nova instancia paradigmática. (p. 112).

Para MANTOAN (2003) a inclusão precisa de todos os pedaços para formar as figuras. Portanto assim é a criança que precisa de um ambiente acolhedor, de ajuda de todos para que se desenvolva e consiga atuar dentro de uma sociedade sem limitações.

A exclusão ocorre em razão dos valores da cultura que levam as ações do homem/mulher como fruto de um processo histórico de construção de valores morais por parte das diferentes culturas.

O movimento em favor da inclusão tem como princípio a igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar, onde todos os/as alunos/as têm o direito de frequentar a escola regular e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, com oportunidades iguais no mesmo espaço escolar.

MANTOAN (2003) ressalva que “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, tendo o privilégio de conviver com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva alcança todas as pessoas, sem exceção.

Incluir vem do latim *includere*; que significa compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte, figurar entre outros; pertencer juntamente com outros. (FUMEGALLI, 2012, p. 20).

A inclusão é um benefício de todos os/as alunos/as com e sem deficiência, e depende da flexibilidade escolar e de seu ambiente interno para enfrentar as inovações e, essa circunstância é comum aos sistemas educacionais e a maioria dos/as professores/as.

Inclusão segundo MANTOAN (2003) implica uma mudança de perspectiva educacional, atingindo a todos que obtenham sucesso na corrente educacional geral. (p.17). A educação inclusiva vem sendo muito discutida em escolas regulares de todo o país, seguindo a afirmativa de que todas as crianças e jovens devem ter acesso igualitário em qualquer campo de vivência, proporcionando aceitação e relações de acolhimento e permanência numa escola de qualidade que respeite as diferenças. E a escola deve fazer parte deste processo de

inclusão, oferecendo educação de qualidade para todos, desconsiderando qualquer tipo de discriminação. Para MANTOAN (2003)

Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. (p. 18).

O preceito de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças. Os/as gestores/as devem estar cientes do que diz a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL,2007) que determina a exigência de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos.

Segundo DÍAZ *et al* (2009) a base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. (p. 28).

A educação inclusiva possibilita uma qualificação no processo educativo, garantindo que o aluno especial ou não adquira todos os conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento. A escola precisa ocupar um lugar primordial no processo de formação de todas as pessoas e o papel dos educadores é importante na questão desse novo padrão social e político, que tem como objetivo a inclusão.

Os professores devem submeter-se a um contínuo processo de aprendizagem, no qual a prática seja revista e repensada, como forma de introduzir mudanças e enfrentar os desafios que emergem, sobretudo do desconhecimento que ainda predomina nas escolas e na sociedade a respeito das pessoas com deficiência e suas reais possibilidades de aprendizagem. (CORREIA, 2014, p.16).

É possível observar que a inclusão causa apreensão e expectativas em muitos profissionais da educação, pois há carência de formação e também a permanência de preconceitos.

O aluno com necessidade educacional especial seja com deficiência intelectual ou com qualquer outra deficiência, não pode representar um entrave para as atividades escolares, nem tampouco uma dificuldade na vida do professor, mas uma oportunidade da escola e deste professor se tornarem mais bem preparados para a sua função social, que é ensinar. Cada aluno é um desafio que demanda aprendizagem do professor e provoca mudanças no espaço escolar. (NASCIMENTO, e SZMANSKI, 2013, p. 1).

Assim, em CORREIA (2014) citado por ANACHE (2011) há que se rever conceitos, valores e ideologias para garantir o fortalecimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência, em sua maioria, estigmatizados pelo preconceito que predomina no imaginário social construído em seu entorno. (CORREIA, 2014, p.16).

A escola precisa utilizar práticas pedagógicas que favorecem todos os alunos, despertando mudanças no modelo de ensino, visando uma aprendizagem significativa, inclusiva e de qualidade. Apesar do desafio e de muitas dificuldades, nada pode impedir o acesso do/a aluno/a deficiente na escola, a inclusão está prevista na nossa Constituição, e é um direito intransmissível e poderá constituir em crime a escola que não receber alunos deficientes.

A inclusão vai além de aceitar as diferenças. A escola assim como a família, à sociedade e o Estado carece de assistir a criança como um sujeito de direitos, que segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil constrói sua individualidade observando a sociedade. Há a necessidade de preparar os/as alunos/as deficientes para que possam viver com a diversidade, e o papel dos/as educadores/as é importante na inter-relação desse novo modelo de inclusão.

Ao inserir-se na escola, a criança distancia-se do convívio familiar para ocupar lugar em um novo ambiente, ampliando seu espaço de sociabilidade, conquistando sua autonomia, num lugar onde ela pode crescer e elaborar suas angústias e separações. Testemunha uma verdadeira construção do mundo da criança. Dessa forma, segundo CORREIA (2014) fica explícito que professores/as do ensino regular precisam ter acesso aos conhecimentos específicos para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. (p. 16). “Uma escola que reconhece e valoriza as diferenças presentes em salas de aula, tem que se preocupar em trabalhar com conteúdo, de modo que possam ser apreendidos de acordo com a capacidade e ritmo de cada um”. (DIAZ, *et al*, 2009).

A Educação Especial propõe ao deficiente a melhoria de suas capacidades, o desenvolvimento de sua personalidade e a participação eficaz na sociedade e no mundo do trabalho. Segundo GIROTO *et al* (2002) “a Educação Especial passa, também, a assumir uma nova responsabilidade, pois constitui o alicerce no qual o/a aluno/a com deficiência irá se apoiar para efetivar sua aprendizagem escolar”. (p. 13).

A Lei nº 9.394 de 1996, capítulos 5 art. nº 58, de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (BRASIL, 1996) entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de

necessidades especiais. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos/as alunos/as, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. A oferta da educação especial, é um dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

MIRANDA E FILHO (2013) salientam que “no que diz respeito à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais – principalmente aquelas que apresentavam algum tipo de deficiência – até a década de 1970 era, geralmente, realizada apenas em instituições especializadas, atingindo um quantitativo bastante restrito de educandos”. (p. 26).

De acordo com Mantoan (2003) “se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. (p. 17).

Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público (2016) (BRASIL, 2016)

Direito à educação das pessoas com deficiência, a lei busca qualificar o sistema educacional como inclusivo, em todos os níveis, destinado a promover o aprendizado das pessoas com deficiência ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A inclusão representa mais um processo do que um destino, ela não tem um fim, ela representa uma mudança conceitual nos valores culturais das escolas e da sociedade como um todo. Na afirmação de MANTOAN (2003) a inclusão implica em uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos/as com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Sendo assim, a inclusão escolar é necessária a cada dia a fim de garantir uma educação com equidade para todos.

5.1 A formação de professores para a garantia da inclusão de alunos deficientes

A formação de professores para atender alunos deficientes deve ser um dos requisitos básicos para se garantir a inclusão. Portanto, o/a professor/a precisará desenvolver competências para atender alunos com necessidades educacionais especiais.

À formação dos profissionais de educação, sob o ponto de vista da inclusão escolar, de acordo com o Conselho Nacional de Educação 2002 na Resolução CNE/CP nº 1/2002 (BRASIL, 2002) obriga às instituições de ensino superior a regular os currículos dos cursos de licenciaturas incluindo nestes conteúdos a possibilidade de futuros docentes estudos sobre as diversidades e as especificidades de cada aluno.

TARTUCI *et al* (2013) em seu estudo intitulado “*A formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em Goiás: uma análise da legislação*”, desenvolvido para a obtenção de título em mestrado na Universidade do Goiás relata que as escolas continuam admitindo professores formados em curso de nível médio para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental, uma vez que estes são admitidos através dos concursos públicos, professores que não possuem ensino superior, embora se saiba que o título sozinho não garante a educação humanizada.

A Resolução MEC/CNE/CEB 2/2001 (BRASIL, 2001) no artigo 15 também atribui competências às escolas na operacionalização da política.

A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.

A LDB 9394/96, (BRASIL, 1996) dispõe em seu Art. 59, a necessidade de formação para atuação com alunos/as com necessidades educacionais especiais

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: (...) III – professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996).

O/a professor/a procura responder ao desafio de encontrar formas de ação que sejam verdadeiramente educativas. O termo educação é entendido não apenas como sinônimo de escolarização, sobretudo, como ação socializadora cujas orientações possam ser definidas e desenhadas de forma que seja capaz de envolver e transformar a sociedade. (FELIX, *et al*, 2009, p. 218).

A formação clássica do professor, ao privilegiar uma concepção estática do processo de ensino-aprendizagem, trouxe como corolário a existência de uma metodologia de ensino “universal”, que seria comum a todas as épocas e a todas as sociedades. Assim, por muito tempo acreditou-se que havia um

processo de ensino-aprendizagem “normal” e “saudável” para todos os sujeitos, e aqueles que apresentassem algum tipo de dificuldade, distúrbio e deficiência eram considerados anormais (isto é, forma de norma), eufemisticamente denominados de “alunos especiais”, e alijados do sistema regular de ensino. (GLAT & NOGUEIRA, 2003, p.136).

O/a professor/a age de acordo com a formação recebida, costumando priorizar certos conteúdos ao invés de outros, no entanto. Para GLAT & NOGUEIRA (2003)

“é importante ressaltar que eles agem desta forma por não terem recebido, em seus cursos de formação e capacitação, suficiente instrumentalização que lhes possibilite estruturar a sua própria prática pedagógica para atender as distintas formas de aprendizagem de seu alunado”. . (p. 137).

O ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações. Contrariamente, o conhecimento evolui por recomposição, contextualização e integração de saberes em redes de entendimento, não reduz o complexo ao simples, tornando maior a capacidade de reconhecer o caráter multidimensional dos problemas e de suas soluções. (MANTOAN, 2003, p. 13).

Os/as alunos/as com necessidades especiais devem ser aceitos pela educação geral, utilizando diferentes técnicas, serviços e métodos de adaptação. O/a aluno/a poderá transitar do sistema escolar da classe regular ao ensino especial. Começa a surgir à ideia de integração no ambiente escolar, segundo MANTOAN (2003) “pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais”. (MANTOAN, 2003, p. 15).

Partindo do sistema de integração para a educação inclusiva, abordando as dificuldades educativas dos alunos e a adaptação dos professores a mudanças pessoais e profissionais. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. (MANTOAN, 2003, p. 12).

A partir deste período de integração muda-se a terminologia integração para inclusão. Garantindo que não deverá excluir ninguém do ensino regular, mantendo a permanência e o desenvolvimento de cada um. Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. (MANTOAN, 2003, p. 13). DÍAZ (2003) salienta que:

Em meados de 1960, a institucionalização das pessoas com deficiência começou a ser criticamente examinada, baseando-se em dados que revelavam sua ineficiência para favorecer a preparação ou a recuperação delas para a vida em sociedade. Assim, a contemporaneidade produziu o

confronto entre dois eixos conceituais em relação à educação da criança com deficiência: a integração e a inclusão. (p. 72).

Atualmente, após muitos anos de modificações, os/as alunos/as com deficiência adquiriram o direito de frequentar a escola e conviver com os demais alunos/as. Hoje estão sendo encaminhados para as escolas regulares de ensino, e muitos já estão recebendo atendimento educacional especializado, realizado principalmente nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Muitos são os assuntos referentes à inclusão de alunos/as com deficiência na escola regular. Uma escola adaptada às necessidades dos/as alunos/as deficientes facilitará o acompanhamento destes com as outras crianças, com as modificações necessárias para receber os diversos perfis de alunos e com métodos e práticas de ensino adequado além de equipamentos e materiais que atendam a diversidade e facilitem a aprendizagem.

Na inclusão ocorre a introdução educacional da criança com deficiência, ela acontece de forma completa e sistemática. Desenvolve uma visão político-pedagógica que leva a centralidade do processo para a escolarização de todos os alunos nos mesmos espaços educativos.

A educação inclusiva está relacionada a princípios educativos. No entanto, mesmo conhecendo as justificativas pedagógicas para a elaboração da educação inclusiva, os professores precisam estar cientes de que a educação inclusiva é um caráter obrigatório e legal para aceitarem os alunos com deficiência.

TARTUCI *at al* (2013) em seu estudo titulado como “a formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em Goiás: uma análise da legislação” diz que estudos recentes comprovam que poucos professores realizaram curso na área de educação especial e inclusão, estes optam por investir na formação continuada como uma probabilidade de facilitar aos educadores um pensar sobre as práticas educativas.

Existe o reconhecimento dos benefícios da escola inclusiva para a criança com deficiência, tanto em termos de socialização quanto relacionada a autonomia. A socialização é o processo de aprendizagem que passamos durante toda nossa vida, através dela aprendemos as características do meio em que vivemos. Ela modela o indivíduo de acordo com a realidade em que ele está inserido. Acredito que o processo de socialização é construído no meio social, visto que nosso convívio com os diferentes atores do mundo social exerça forte influência na construção do indivíduo social e na construção de nossa identidade.

(...) a oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhados não só questões relativas a diferenças, direitos e deveres, mas também o incentivo ao trabalho em grupo. (DÍAZ, 2003, p. 74).

O ambiente educacional deve estar preparado para receber todas as pessoas,

Assim, para que as escolas possam acolher a diversidade do alunado, reconhecendo e valorizando as diferentes capacidades, competências, habilidades que existem em uma sala de aula, elas precisam ser revistas inteiramente e mudar suas práticas usuais, marcadas pelo conservadorismo, excludentes e inadequadas para o alunado que já temos hoje nas escolas, em todos os seus níveis. (DÍAZ, 2003, p. 80).

TARTUCI *et al* (2013) diz que várias pesquisas relatam a ausência de direção para formação inicial de professores para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais, seja para o “professor capacitado” ou o “professor especialista”.

A escola deve promover uma formação adequada aos professores para que aconteça um melhor atendimento das diferenças, organizando os recursos humanos e materiais de forma colaborativa, desenvolvendo um currículo integrado que permita a participação de todos os educandos. (CARVALHO, 2009).

Um dos diferenciais na qualidade do ensino de aprendizagem educacional de inclusão é a formação continuada dos professores/as. Segundo LIMA (2002)

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. (p.40).

Em CARVALHO (2015) citado por COSTA (2010)

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais. (CARVALHO 2015, p. 21 *apud* COSTA, 2010, p. 531).

5.2 O Professor/a de Apoio

Dentre os vários profissionais responsáveis pela eficácia da inclusão está o/a professor/as de apoio. O/a Professor/a de apoio é articulado para atuar nas escolas inclusivas, esse profissional desenvolve suas atividades em sala de aula atendendo alunos/as com grandes

comprometimentos ou limitações que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares.

Apesar da pouca informação sobre as especificidades do professor de apoio, fica evidente a preocupação em caracterizar o trabalho peculiar, devendo estar em acordo com as necessidades singulares de cada aluno atendido, utilizando-se para tal, de auxílios que possibilitem primar pela qualidade do trabalho pedagógico. Outro dado importante, diz respeito ao olhar a este profissional de apoio permanente, não remetendo-o a mais um auxiliar para a instituição ao enfatizar a necessidade deste tipo de serviço (PEREIRA NETO, 2009, p.19).

A existência do/a professor/a de apoio e sua colocação nas escolas é uma medida quase consensual, e esta colocação só é importante se existir grandes e significantes mudanças nas condições de atendimento aos alunos/as.

Conforme Carvalho (2009), o/a professor/a de apoio é um interlocutor privilegiado do/a professor/a do ensino regular, a parceria entre os dois, é fundamental para o sucesso escolar dos/as alunos/as com Necessidades Educacionais Especiais ou de outros em situação de risco. O trabalho que é realizado em conjunto prestigiará ambos, no sentido de partilha de saberes e desenvolvimento pessoal e profissional. Como salienta Silva (2008)

A relação do professor de apoio e do professor regente propicia o aprendizado dos alunos, no trabalho conjunto “ninguém é mais que são parceiros na busca e organização dos saberes que possibilitem a resolução de problemas e o crescimento profissional” (p.84).

SILVA E MACIEL (2005) afirmam que o/a professor/a de apoio deve: apoiar o/a professor/a da classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem dos/as alunos/as, desenvolver estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas, desenvolver, definir e programar competências para identificar as necessidades educacionais especiais.

O/a professor/a de apoio é inserido na classe onde encontram alunos com deficiência ou alunos que possuem dificuldades de aprendizagem servindo de suporte para o grupo e não somente para o aluno que necessita de sua presença.

Segundo FREITAS (2013) muitas são as funções do trabalho do/a professor/a de apoio, como: a observação das necessidades da criança, estabelecimento de metas de trabalho juntamente com o professor da turma ou da disciplina, busca e elaboração de recursos e materiais didáticos, planejamento cooperativo (professor/a de apoio, professor/a da turma, professor/a especializado), pertencer à rotina da turma, avaliar juntamente com o professor o processo de ensino-aprendizagem.

O/a professor/a de apoio tem a “responsabilidade de assegurar serviços educativos dirigidos aos alunos/as que estão em risco de insucesso escolar”, garantidos por meio de três modalidades:

1. A avaliação das capacidades, do desempenho e/ou dos condicionalismos.
2. Ensino direto recorrendo a métodos de aprendizagem, de estimulação do desenvolvimento e/ou de modificação de comportamentos socioafetivos.
3. Ajuda e consultoria aos professores das classes regulares e aos pais podendo incidir em aspectos comportamentais, organizacionais, médicos de saúde mental ou cooperação.

Existe ainda o/a Professor/a de recursos que também é modulado para atuar nas escolas inclusivas com a função desenvolver atividades pedagógicas das unidades a partir da realização de estudos, reuniões e orientações aos professores/as e coordenadores/as pedagógicos das escolas, encontros pedagógicos, além de executar o atendimento e as atividades inerentes às especificidades dos alunos (deficiência visual, deficiência auditiva, deficiência mental e paralisia cerebral).

A permanência deste professor/a depende da confirmação da existência do/a aluno/a com necessidades educacionais especiais e da autorização expressa da Coordenação de Ensino Especial. Para tanto se fará uma análise da documentação exigida e observará a possível necessidade de cada escola ou subsecretaria. (FREITAS, 2013).

Os/as professores/as vivenciam o processo de transformação social e atuam em diversos espaços educativos, independente da consciência profissional e do seu envolvimento, ele é o principal agente transformador para que os alunos se mantenham motivados a desenvolver estudos regulares.

5.3 Alunos/as deficientes na escola regular de ensino

A conquista por igualdade e pelo exercício de direito vieram estimular a implementação da Política Nacional da Educação Especial na concepção da Educação Inclusiva. Foram criadas leis e normas que asseguram o direito de os/as deficientes frequentarem a escola no ensino regular, contribuindo para a efetivação da assistência das pessoas com deficiência, demonstrando que a educação é um direito de todos e dever do Estado, e da família, possibilitando que a sociedade reconheça e valorize as diferenças sem exceção.

A Resolução MEC/CNE/CEB nº2/2001 (BRASIL, 2001) - Câmara de Educação

Básica e do CNE - Conselho Nacional de Educação diz que os alunos deficientes podem ter sua educação realizada nas classes comuns do ensino regular, ou em “classes especiais” e “escolas especiais”.

Para o ensino regular existe uma parte da população que não possui condições para desfrutar do processo escolar, por apresentar problemas pessoais, problemas familiares ou carências culturais. Por sua vez, o ensino especial também tem excluído grande parcela de seu alunado argumentando que, por apresentarem certas características próprias, essa parcela não possui condições para receberem o mesmo nível de escolarização que as demais crianças.

Há uma lógica educacional regida por princípios sociais, democráticos, de justiça, de igualdade, contrapondo-se àquela que é sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, que tantas exclusões têm provocado. (MANTOAN, 2002, p.82).

A gestão pública precisa disponibilizar recursos e insumos para suprir a necessidade da escola, com equipamentos e condições de trabalho adequado para a inserção de alunos/as com deficiência em classe regular, para que envolva todas as pessoas no processo, através de muito trabalho e dedicação incluindo alunos/as com deficiência, alunos/as sem deficiência, família, professores e comunidade escolar.

A conquista da inclusão de alunos/as com deficiência na escola regular poderá ser a possibilidade de alcançar melhorias significativas desses alunos/as na escolaridade, através da adaptação das práticas pedagógicas às novas aprendizagens. Só será possível atingir esse sucesso, quando a escola regular entender que as dificuldades de alguns alunos/as não são apenas deles, mas tornam-se grande parte do modo como o ensino é apresentado.

MANTOAN (1998) argumenta a necessidade de:

[...] uma verdadeira transformação da escola, de tal modo que o aluno tenha a oportunidade de aprender, mas na condição de que sejam respeitados as suas peculiaridades, necessidades e interesses, a sua autonomia intelectual, o ritmo e suas condições de assimilação dos conteúdos curriculares. (MANTOAN, 1998, p.3).

A inclusão representa mais um processo do que um destino, ela não tem um fim, ela representa uma mudança conceitual nos valores culturais das escolas e da sociedade como um todo. Na afirmação de Mantoan (2003) a inclusão implica em uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos/as com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

O desenvolvimento dos alunos/as com deficiência depende de sua frequência em uma escola regular, onde recebam informações iguais as dos outros colegas, mesmo tendo um

tratamento específico, as situações devem ser propícias para construir uma posição que atenda a diferença e contribua para uma melhor qualidade de vida a essas pessoas.

Esta criança vai se espelhar nas outras crianças, imitando o comportamento de outras crianças ela aprende a fazer aquilo que qualquer outra criança aprende, mesmo sendo diferente dela. Assim, ela se sente parte do grupo. Segundo SERRA (1988)

O autoconceito pode ser definido como a percepção que o indivíduo tem de si próprio e o conceito que, devido a isso, forma de si. É um constructo que ajuda a compreender aspectos importantes do comportamento humano, como a uniformidade, a consciência e a coerência da conduta observável, a noção de identidade e a manutenção de certos estereótipos de ação na continuidade do tempo. O autoconceito pode ser classificado em diversos tipos, como os autoconceitos acadêmico, emocional, social ou físico. Cada qual liga-se a aspectos diferentes do comportamento humano. Entre os constituintes intrínsecos do autoconceito realça-se a autoestima. Esta deriva dos processos de avaliação que o indivíduo faz das suas qualidades, desempenhos ou virtudes. Ocupa, por isso, um lugar proeminente na compreensão e na explicação dos transtornos emocionais. O autoconceito desempenha, assim, um papel significativo em diversos contextos, particularmente na prática clínica. Encontra-se intimamente relacionado não só com outros conceitos psicológicos relevantes, como com numerosos fenómenos de natureza psicopatológica. No presente artigo é dada uma noção destes aspectos, bem como de algumas tentativas, dispersas pela literatura, para melhorar o autoconceito do indivíduo. (p.01).

A ideia de conhecer as estratégias utilizadas pelos/as professores partiu da necessidade de entender a prática cotidiana e o contato do aluno/a em uma classe heterogênea, quais estratégias utilizam para realizar seu trabalho, qual sua formação e maneira que esta auxilia na prática em sala de aula. Atentando-se que cada estudante tem seu caminho e ritmo próprios de estudo.

5.4 Atendimento Educacional Especializado

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011(BRASIL, 2011) regulamentado pela Presidência da República, determina a oferta obrigatória do atendimento educacional especializado (AEE), que, de acordo com o § 2.º do artigo nº 2.º, deve:

Integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

O ensino oferecido no Atendimento Educacional Especializado é distinto do ensino escolar. Vamos utilizar como exemplo prático de Atendimento Educacional Especializado a

formação do aluno para a utilização dos recursos tecnológicos, comunicação alternativa, disponibilização e preparação de materiais pedagógicos acessíveis ao aluno, ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e os códigos do BRAILLE, Lei nº 4.169 de 04 de dezembro de 1962, dentre outros.

O sistema de ensino educacional deve dispor de recursos e materiais didáticos específicos para os alunos, espaços e equipamentos adequados para o desenvolvimento destes alunos, sistemas de comunicação e informação eficientes e um conjunto das atividades escolares. De acordo com Diretrizes Operacionais da Educação Especial Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008) é direito dos alunos dentro da escola: sala de recursos multifuncional; matrícula do aluno no AEE; plano do AEE; professor para o exercício da docência do AEE; profissionais da educação; articulação entre professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoio.

Conforme o Artigo 12 da Resolução MEC/CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 (BRASIL, 2009) do MEC, para que o professor possa atuar no atendimento educacional especializado, ele deve ter formação inicial que o prepare para o exercício da docência e formação específica na educação especial. O professor de Atendimento Educacional Especializado é o responsável por realizar o atendimento ao aluno. Tem função complementar ou suplementar. As atribuições estabelecidas para o profissional que atua como professor de AEE, explicitadas no art. 13 desta mesma Resolução:

- a. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional;
- d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- e. Estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, tais como: as tecnologias da informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares específicos, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade entre outros; de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação.
- h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibili-

dade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

i. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros. (BRASIL, 2008).

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado - AEE é elaborar e organizar recursos pedagógicos que promovem a acessibilidade; acabar com as barreiras para a construção da aprendizagem plena e integrar e proporcionar a participação dos alunos. Considerando as particularidades das necessidades e limites individuais dos alunos. (BRASIL, 2008).

Na visão da Educação Inclusiva, a Tecnologia Assistiva favorece a participação do aluno com deficiência em diversas atividades escolares ligadas aos objetivos educacionais comuns. Pela definição do Comitê de Ajudas Técnicas – CAT, Tecnologia Assistiva “é uma área do conhecimento”, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT, 2007). É um método ou instrumento utilizado para possibilitar a realização de uma atividade adaptada para atender as necessidades da pessoa com deficiência.

Os materiais escolares e pedagógicos acessíveis à comunicação alternativa, os recursos que permitem acessibilidade ao computador, os recursos para mobilidade, localização e sinalização, os materiais que atendam às necessidades posturais, dentre outros são exemplos de Tecnologia Assistiva.

No Atendimento Educacional Especializado o/a aluno/a e o/a professor/a trabalham para identificar as dificuldades que impedem ou limitam que estes alunos/as participem das atividades e meios de comunicação na escola. Identificadas às dificuldades e as habilidades dos/as alunos/as, é responsabilidade do/a professor/a planejar estratégias e recursos que ajudarão promover a participação do/a aluno/a nas atividades, comunicação e as relações no espaço escolar.

O local onde os/as alunos/as aprendem a utilizar as ferramentas de Tecnologia Assistiva é na sala de Recursos Multifuncionais, que tem por finalidade o desenvolvimento e a independência do aluno, considerando que o recurso de Tecnologia Assistiva vai além das salas multifuncionais. O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011) definiu em seu artigo 5º parágrafo 3.º, que a sala de recursos multifuncionais são “ambientes dotados de

equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2011).

Citamos o Artigo 5.º da Resolução nº 4/2009, que determina:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 2009).

A sala de recursos multifuncionais conta com um grupo de ações que recebe assistência técnica e financeira do Ministério da Educação (MEC) a fim de melhorar a qualidade do ensino público nacional. No período de 2005 a 2010, foram implantadas 24.301 salas de recursos multifuncionais em escolas de vários estados do Brasil (BRASIL, 2011). Elas são compostas por materiais didáticos e pedagógicos para dar suporte ao atendimento realizado pelo professor, além de equipamentos distribuídos para as salas contempladas como computadores, laptop (computador pessoal portátil), scanner e impressora a laser e os mobiliários.

Compreendemos que a organização das salas de recursos multifuncionais, disponibiliza uma série de recursos materiais e de um profissional de apoio pedagógico especializado, constituindo-se numa valorosa atividade do governo para o desenvolvimento inclusivo da escola numa situação atual das políticas públicas para a educação.

Multifuncional porque pode favorecer ou instituir uma pluralidade de ações que variam desde o atendimento direto ao aluno, ou a grupos de alunos, até uma ação em rede. Refiro-me ao acompanhamento de processos que ocorrem nas salas de aula comum, na organização de espaços transversais às turmas, em projetos específicos, na assessoria a colegas docentes, em contatos com familiares ou outros profissionais que têm trabalhado com os alunos. Para fazermos essa leitura da dimensão multifuncional, devemos deslocar nosso olhar da sala de recursos como um espaço físico e vislumbrá-lo como um espaço institucional necessariamente respaldado em um profissional que o representa: o educador especializado (BAPTISTA, 2011, p. 71).

As salas de recursos é um dos principais serviços de apoio especializado ao aluno com necessidades educacionais especiais que se encontra incluído no ensino regular, sendo imprescindível que o professor de Atendimento Educacional Especializado tenha uma boa comunicação com o professor regente, mas sabendo que deve desenvolver suas ações com base no planejamento individualizado.

Para BIANCA (2013) em sua dissertação intitulada “O atendimento educacional especializado em uma sala de recursos de Brasília: a sistematização do atendimento e o uso do computador como apoio pedagógico”, diz que:

O planejamento individualizado é uma forma de direcionar as ações para atingir os objetivos traçados em conjunto entre os dois professores (AEE e regente) que atendem o aluno com NEE. Porém para ampliar as percepções, buscar compreender o processo de desenvolvimento do aluno e refletir melhor sobre as ações da prática pedagógica no cotidiano é necessário que o professor de AEE desenvolva uma postura diferenciada, com disciplina e organização, que envolva o registro diário de suas observações. (p. 35).

O conhecimento acaba por exigir certo domínio por um determinado conteúdo, o atendimento educacional conta com a maneira que o aluno trata todo e qualquer conteúdo que lhe é apontado e como ele consegue aprender. Para BATISTA & MONTANO (2006)

O atendimento educacional especializado não é um ensino particular, nem esforço escolar. Ele pode ser realizado em grupos, porém com atenção para as formas específicas de cada aluno se relacionar com o saber. Isso também não implica atender esses alunos, formando grupos heterogêneos com o mesmo tipo de problema (patologias) ou desenvolvimento. Pelo contrário, os grupos devem se constituir obrigatoriamente pelos alunos de mesma faixa etária e em vários níveis do processo de conhecimento. (p.18).

O/a professor/a que atua na sala de recursos deve adotar uma postura investigativa, de forma individualizada, buscando atender as particularidades de cada caso, agindo intencionalmente. Segundo BIANCA (2013)

O planejamento individual realizado especificamente para atender as especificidades do aluno que frequenta a sala de recursos pode se configurar como objeto de pesquisa, ou seja, ser o ponto de partida para a investigação do seu processo de aprendizagem. O planejamento deverá ser traçado após uma avaliação inicial do aluno com NEE. A partir dos dados encontrados na avaliação serão delineados os objetivos gerais e específicos para serem alcançados durante o bimestre e/ou semestre letivos. (p. 41-42).

O atendimento educacional para alunos/as deficientes deve priorizar o desenvolvimento e superação daquilo que lhe é limitado, como por exemplo, para o cego a leitura através do Braille, para o surdo a maneira mais fácil de comunicar e para o deficiente físico o modo mais apropriado de se locomover e se orientar.

Em relação à acessibilidade, as escolas precisam ter uma estrutura adequada necessitando adaptar-se a um novo tipo de aluno que vai frequentá-la. Observando o artigo 12º da Resolução MEC/CNE/CEB 2/2001 (BRASIL,2001) a acessibilidade, quer seja em relação à arquitetura, quer seja em relação à linguagem e aos códigos de comunicação, como um conjunto de procedimentos que devem ser adotados.

O movimento inclusivo exige mudanças estruturais tanto nas escolas comuns como nas escolas especiais. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) em seu Artigo 227 parágrafo 1º-II afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar o direito à educação, repudiando toda a forma de negligência e discriminação. Diz também que o Estado obedecerá ao preceito de facilitar o “acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preceitos e obstáculos arquitetônicos” (BRASIL, 1988). Ainda no artigo 227 parágrafo 2º, alínea “c”, determina que “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público”. (BRASIL, 1988).

Uma escola modificada que acomode todas as dimensões da diversidade da espécie humana, considerando que o objetivo de que as crianças e jovens devem frequentar a escola regular é que esta oferece oportunidades de os deficientes fazerem novas amizades e se socializarem, além de mostrar que pode haver mudanças em suas capacidades. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 (BRASIL, 2000) e da Lei 10.172/2001 (BRASIL, 2001).

Devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários. § 1º Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos. § 2º Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequadas ouvidas os profissionais especializados em cada caso.

Ao considerarmos acessibilidade física, a Norma Brasileira Registrada – NBR descreve:

O conceito de possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliário e equipamentos urbanos, sistemas e meios de comunicação. Destaca ainda o que considerar acessível: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que passa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida (ABNT, 2004).

O Símbolo Internacional de Acesso, a NBR 9050 (ABNT, 2004) determina que é necessário que as edificações de uso público, tenham identificação do local como acessível a

Pessoa com deficiência, estabelecendo critérios e parâmetros para a construção adaptação, instalação e construção de espaço, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos para a utilização com autonomia e segurança do maior número possível de pessoas.

A NBR 9050 (ABNT, 2004) determina alguns princípios em relação a acessibilidade, deficiência, barreiras, pessoa com mobilidade reduzida e desenho universal. A norma divide-se em seis eixos principais:

- Parâmetros antropométricos;
- Comunicação e sinalização;
- Acessos e circulação;
- Sanitários e vestiários;
- Equipamentos urbanos e mobiliários

A NBR estabelece em relação ao acesso e circulação condições gerais para o uso dos mais diversos tipos de piso, rampas, degraus e escadas, corrimões, equipamentos eletromecânicos como, plataformas, elevadores e esteiras. Indica também as dimensões das áreas de circulação interna e externas como corredores, portas e janelas.

Assim como nos sanitários e vestiários, o documento apresentou detalhamento nas dimensões de barras de apoio, pisos, bacias sanitárias, espelho, armários, entre outros.

No Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL,2004) demonstra um conceito-chave para o entendimento da acessibilidade a barreira. Assim, as barreiras são “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação”. (BRASIL, 2004). Ou seja, as barreiras estabelecem o contrário da acessibilidade, caminham na formação do inacessível, excludente (ARAUJO, 2015. p.33).

Além desses tipos de atendimento, ainda estão previstos o serviço de apoio pedagógico em sala de recursos e os dois atendimentos educacionais especializados previstos para alunos em internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio por motivo de doença: “classes hospitalares” e “atendimento em ambiente domiciliar”. (GARCIA, 2004).

O Artigo 13º da MEC/CNE/CEB nº 2/2001 salienta que:

Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência

prolongada em domicílio. § 1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular. § 2º Nos casos de que trata este Artigo, a certificação deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.

Os tipos de atendimentos de educação especial previstos pela Resolução são:

- 1) serviço de apoio pedagógico especializado em classe comum;
- 2) serviço de apoio pedagógico especializado em sala de recursos;
- 3) serviço de apoio pedagógico itinerante;
- 4) atendimento educacional em classe especial;
- 5) atendimento educacional em escola especial;
- 6) atendimento educacional em classe hospitalar;
- 7) atendimento educacional em ambiente domiciliar.

A gestão da aprendizagem escolar deve basear-se no respeito à diversidade, sendo necessário dialogar com toda a comunidade da escola sobre seus princípios, desenvolvimento das práticas pedagógicas e da organização escolar. Adotando abordagens que reconheçam as diferenças levando em consideração as desigualdades sociais.

Segundo uma lógica educacional regida por princípios sociais, democráticos, de justiça, de igualdade, contrapondo-se àquela que é sustentada por valores econômicos e empresariais de produtividade, competitividade, eficiência, que tantas exclusões têm provocado. (MANTOAN, 2002, p.82).

Refletindo sobre as políticas de inclusão educacional é possível perceber a necessidade de ajustes para integrar os alunos/as com deficiência. Também é preciso compreender os sistemas de ensino e suas fragilidades para propor melhorias e garantir o acesso e a permanência na educação escolar para esses alunos. É primordial que o poder público, nas esferas Federal, Estadual e Municipal encare os problemas referentes à educação para todos de frente como sendo uma obrigação que deve ser cumprida.

6. AS VOZES DAS ENTREVISTADAS

A presente pesquisa teve como objetivo principal compreender, a partir das vozes das professoras lotadas na Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro de Ávila, na cidade de Datas - Minas Gerais, se os estudantes deficientes regularmente matriculados têm seus direitos educacionais garantidos de acordo com as normas e legislações. Tendo como sujeitos, as professoras que atuam ou atuaram nesse contexto escolar. Buscando responder aos objetivos geral e específicos propostos, procedemos à coleta de dados por meio de entrevistas com as professoras, cujos conteúdos sistematizamos em algumas categorias.

6.1 O perfil profissional das professoras

Antes, porém, apresentaremos mais alguns dados do perfil profissional dessas professoras visando ampliar o conhecimento do leitor sobre a atuação das mesmas.

Quadro 6: Alunos regulares e com deficiência em sala de aula das participantes

Entrevista da	Nº de alunos	Nº de alunos deficientes	Faixa etária dos alunos deficientes	Raça/cor dos alunos deficientes
CS	36 - Esc. Estadual 19 - Esc. Municipal	1 -Esc. Estadual 1 na Esc. Municipal	14 anos 7 anos	Preta
AS	33 - Esc. Estadual e 21 – Esc. Municipal	1 na Esc. Estadual 3 Esc. Municipal	9 anos Esc. Municipal entre 10 e 15 Escola estadual	Preta Pardos
DS	19 - Escola Municipal	0	0	0
ES	18 - Escola Municipal	1	12 anos	Pardo
CR	22 Escola Municipal	1	04 anos	Parda

Fonte: elaboração própria Autora

A **professora CS** trabalha em duas escolas, na Escola Estadual tem 36 alunos na sala de aula e um aluno com deficiência múltipla de 14 anos de cor preta. Na Escola Municipal tem 19 alunos na sala de aula, um aluno com deficiência de 7 anos e de cor preta.

A **Professora AS** trabalha em duas escolas, na Escola Estadual tem 33 alunos na sala de aula e um aluno com deficiência mental de 9 anos de cor preta. Na Escola Municipal tem 21 alunos na sala de aula, três alunos com deficiência estão entre a faixa etária de 10 a 15 anos e todos de cor parda.

A **professora DS** tem 19 alunos na Escola Municipal e dentre estes alunos não tem nenhum deficiente. Já trabalhou com alunos deficientes, ambos com deficiência múltipla em anos anteriores, mas no ano da referida pesquisa não tinha aluno deficiente em sua classe.

A **professora ES** tem 18 alunos na Escola Municipal e um aluno deficiente de 12 anos de cor parda. E,

A **professora CR** tem 22 alunos na Escola Municipal, um aluno com deficiência múltipla que tem 04 anos de idade e cor parda.

A cidade é pequena e a maior parte da população sofre vulnerabilidade social, financeira, dentre outras, desta forma é preciso não somente considerar os aspectos materiais da vulnerabilidade social, mas também os aspectos emocionais, que impactam na estrutura das famílias. As crianças participam dos programas sociais ofertados.

O **tempo** em que atuam como professora de alunos com deficiência, informados pelas entrevistadas:

Quadro 7 – Tempo atuação com alunos deficientes

Entrevistada	Atuação com alunos deficientes.
CS	possui mais de 10 anos de atuação
AS	3 anos
DS	3 anos
ES	10 anos
CR	06 anos

Fonte: elaboração própria Autora

Esses resultados demonstram que as professoras AS e CS trabalham em duas escolas distintas. A literatura sobre uso do tempo no trabalho docente tem enfatizado que o acúmulo de trabalho pode comprometer a atividade, acarretar um prejuízo no desempenho do docente, além de impactar a saúde do/a mesmo/a. Ficamos nos indagando como é possível um/a professor/a que dobra o período de trabalho e atende em média 35 alunos por dia, ter tempo hábil para planejar a aula, pesquisar atividades diferenciadas e adequadas para os alunos de

inclusão?

Segundo Oliveira (2014) a ineficiência no uso do tempo do professor é provocada pelo salário menor para cada hora trabalhada, ou seja, o professor opta por dobrar o período de trabalho em busca de um ganho maior no seu salário, o que compromete um trabalho mais eficaz em sala de aula. Ressaltamos essa questão porque a consideramos relevante, embora não seja objeto dessa pesquisa.

A seguir elencaremos as respostas apresentadas pelas entrevistadas.

A Constituição Federal do Brasil garante o direito à educação a todos os estudantes, mas em função das especificidades de alguns grupos, legislações complementares são exaradas com vistas a tornar mais evidente o direito. É assim com a inclusão de pessoas com deficiência.

6.2 Legislação

Ao serem questionadas sobre a garantia dos direitos dos alunos deficientes em uma Escola Municipal no interior de Minas Gerais, percebe-se pelas respostas das entrevistadas que elas têm conhecimento da existência das leis, as quais foram estudadas, principalmente, durante os cursos de especialização, porém elas não acompanham as mudanças e debates atuais.

A professora CS diz que conhece as leis que direcionam os direitos dos deficientes e que é ciente que as normativas se alteraram.

Conheço todas as que direcionam o nosso trabalho. As suas normativas se alteraram por isso existe a necessidade de estarmos estudando e atento a essas mudanças. Agora, a que ampara o direito aos alunos com deficiência e escola preferencialmente a regular é a fundamental. Obs: Vou pesquisar o número da lei na constituição e na LDB e lhe envio. Me esqueci... Lembrei é a Lei 7.853 que estipula a obrigatoriedade nas escolas em aceitar as matrículas de alunos com deficiência, aprovada em 1988 e regulada em 1999 a lei é clara, todas as crianças têm o mesmo direito em educação. (CS).

Na resposta da professora DS, verifica-se que a mesma não sabe ao certo quais são as leis específicas que garantem o direito de o deficiente acessar o ensino regular.

Tem a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, a LBI, sei que têm mais leis só que agora assim de cabeça é difícil te falar. (risos) (nossa que vergonha). (DS).

A professora AS diz que utiliza todas as leis que direcionam seu trabalho em relação à garantia do direito da educação do estudante com deficiência.

A lei que ampara o direito aos alunos com deficiência e escola preferencialmente a regular é a fundamental. Ela foi aprovada em 1988 e regulamentada em 1999. A lei é clara no sentido de dizer que todas as crianças têm o mesmo direito em educação. (AS).

A professora ES disse que é necessário estudar as leis que amparam a Educação Especial, seus progressos, mudanças e adequações.

É preciso estar atenta aos Decretos...memorando...recorrer aos artigos e outros meios de informação relacionados ao assunto. A lei Estatuto da Criança e do Adolescente Atendimento Educacional Especializado é uma das leis que garante os direitos do aluno com deficiência ou Altas Habilidades! Assim como protege a criança e ao adolescente do trabalho infantil ou qualquer outra situação que os prejudicam e os impedem de gozar de um desenvolvimento pleno em sociedade. (AE).

A professora CR não conhece as leis que garantem o direito dos alunos deficientes, em sua reposta ela diz que: “ Não sei te falar, mas deve ter alguma né! ”. (CR).

Conhecer as leis que fundamentam a educação inclusiva é importante tanto para contribuir para efetivação das políticas de educação especial quanto para identificar o crescimento do sistema educativo, procurando conhecer o desejo e necessidades da sociedade que são transformados em leis. É fundamental que os professores e professoras se atentem sobre as leis e coloquem em prática tudo o que é definido por ela. Mas não basta somente se especializar para entrar na sala de aula é preciso atender aos direitos dos alunos deficientes enquanto direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

Não basta apenas garantir vagas através da obrigatoriedade da lei, é necessário que o poder público assegure o acesso, e as condições de permanência dos/as estudantes deficientes na escola regular, para que tenham a trajetória e o sucesso.

Portanto, além da definição das leis que amparam e incluem pessoas com deficiência é imprescindível que os educadores procurem sempre aprofundar seus conhecimentos sobre o papel do professor na educação inclusiva, elaborando, organizando e identificando recursos

pedagógicos para eliminar as barreiras e assim ter a plena participação dos alunos, e com foco também nos familiares que fazem parte deste entorno de inclusão.

6.3- Formação das professoras

Em relação à formação adequada para atendimento do público desta pesquisa, as respostas foram mais variadas.

No relato da professora AS ela diz que:

Quando se trata de Atendimento Educacional Especializado é audacioso dizer que estamos 100% preparados...uma vez que lidamos a maioria das vezes com alunos que possuem alguma patologia.

Eu, enquanto profissional do AEE, acredito que diante das especificidades dos alunos a nossa especialização deve ser uma constante... e para atendê-los estou em busca constantemente por capacitações e articulando meios de aproximar aluno, família, escola em sua totalidade, ente outros profissionais da saúde, que garantam a educação igualitária aos "meus meninos". (AS).

A professora DS responde que não se sente preparada para trabalhar com os alunos deficientes,

Ainda não! Porque eu ainda estou procurando me capacitar melhor...pois nunca estaremos prontos. É hipocrisia minha dizer que somos e já estamos preparados! Dotados de conhecimentos, ainda é e sempre será desafiador...lidar com a diferença...com a inclusão. É preciso nos preparar dia a dia descobrir algo novo! Investigando...adequando e adaptando métodos e metodologias para melhor atender nossos alunos. (DS).

Diante das respostas, fica evidente que a escola, amparada pelos gestores em âmbito maior (municipais, estaduais e federais) precisa investir na formação continuada de seu corpo docente, pois o/a professor/a capacitado/a desenvolve minuciosamente um saber educacional, amplia as situações educativas construídas através de práticas, dá sentido e significado as ações e justifica seus hábitos educativos.

Durante a atuação, poderão articular a teoria aprendida com a prática, adquirir experiência através das atividades cotidianas, modificar sua ação, se necessário, o que poderá contribuir para a melhoria da qualidade do ensino oferecida ao aluno. No cotidiano, o/a professor/a analisa as dificuldades de aprendizagem dos/as alunos/as e adotam técnicas e conceitos teóricos que se desencadeiam nas soluções dos problemas.

Pode existir alunos/as com variados tipos de deficiência no ambiente escolar. Por esta

razão, os/as estudantes deficientes ao entrarem na escola requerem em muitos casos uma atenção constante e redobrada por parte do/a professor/a de apoio. Essa relação direta e integrada ajuda o/a aluno/a deficiente para que compreenda/aprenda os conteúdos e se sinta parte do processo de aprendizagem. Sobre isso, as professoras revelam que:

Ahhh nós não podemos abrir mão da relação direta entre professor e aluno. Não existe uma desvinculação desses dois processos né! Quer dizer...para haver aprendizagem, necessariamente deve haver ensino. Só que eles não ocorrem de modo simultâneo ne! (DS).

A afirmativa da professora DS vai ao encontro do que nos diz Pereira Neto (2009) o professor deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, que trabalha com o aluno deficiente que precisa de apoio intenso e contínuo e que esteja inserido em salas regulares.

Segundo esse autor, é necessário haver além do professor regente, a equipe técnica que assiste às crianças deficientes. Este profissional deve possuir conhecimentos específicos, como o código de linguagens e técnicas que possibilitem ao aluno o aprendizado dos conteúdos ensinados.

Ao citar a formação para atuação com alunos com necessidades educacionais especiais, a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, dispõe em seu Art. 59, que

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: (...) III – professores com especialização adequada, em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (BRASIL, 1996).

Por isso, a especialização torna-se importante ferramenta formativa para atuação das professoras que trabalham com a inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial, por ser necessário fazer uso de recursos diferenciados e específicos a fim de possibilitar o desenvolvimento educacional dos alunos.

Mas a formação continuada não é uma realidade em todas as áreas e municípios. Ainda existem aqueles profissionais que não tiveram oportunidade de ampliar seus conhecimentos e formação e sentem-se extremamente desconfortáveis frente a algumas situações que encontram e não sabem como lidar. Sabemos que, em geral, nos municípios pequenos e distantes dos centros urbanos há menos disponibilidade cursos.

Em se tratando das professoras, entrevistadas nessa pesquisa, mesmo quando tiveram oportunidade de fazer curso específico para atender os deficientes, algumas afirmaram que se sentem despreparadas para trabalhar com essas crianças. Essa resposta vai de encontro a algumas respostas dadas quando interrogadas sobre as ações em sala de aula.

Outra professora diz que:

Cada ano a gente pega deficiências diferentes, eu já tive alunos de várias deficiências e de vários comportamentos, a maioria dos meus alunos são pacíficos, são meninos que aceitam bem, cada um com suas limitações e suas dificuldades.... {pausa} mas também, a gente consegue fazer um trabalho bom com eles, mas eu já tive dois alunos muito difíceis mesmo! (CS).

Ficamos nos interrogando o que ela quis dizer com a expressão “alunos pacíficos” Sabemos que cada pessoa com deficiência ou não tem a sua forma de se expressar. Podemos concluir então que é necessária a formação continuada, e seguir a proposta de Educação para Todos que traz consigo uma discussão que compreende a melhoria da qualidade de ensino para todos/as os/as alunos/as. É preciso investir no processo de formação inicial e continuada do/a professor/a, pois isto influencia seu processo de trabalho em sala de aula. Pois, o/a professor se sentirá mais preparado/a e com maiores possibilidades para realização de um trabalho com qualidade diante de uma sala de aula heterogênea.

É importante destacar que a atuação com alunos deficientes também vai formando as professoras, apesar de isso não isentar o poder público da responsabilidade de investir em formação e em garantir todas os insumos necessários. Quando se fala em pessoa com deficiência, é comum pensarmos em todas as condições a ele necessárias, como a sociabilidade, a acessibilidade, não somente pensar na organização dos corrimãos e escadas adaptadas ou a implantação de elevadores no espaço escolar que o direito à educação inclusiva está garantido. Tudo isso é importante, mas não é somente. O cuidado, o conhecimento e o tratamento digno do estudante com deficiência é fundamental, afinal, educação é um direito humano.

6.4 - Práticas pedagógicas

Em relação ao objetivo sobre analisar a partir das práticas pedagógicas destacadas pelos professores/as e pelos conteúdos transmitidos, como os estudantes com deficiência são estimulados dentro da sala de aula, a professora CS responde que

...no meu caso eu tento primeiramente conquistar a confiança do aluno...fazer ele gostar de mim, tento descobrir o que ele mais gosta, o que mais chama a atenção dele...e aproximo o máximo dele...então ganho a confiança dele! É eeee o primeiro passo e quando eu tenho a liberdade de conversar com o professor regente, se eu sinto que o professor me dá abertura eu já envolvo este professor né? E este professor já entra na minha onda também né? (popularmente dizendo). E com isso fica mais fácil, descobrir o que agrada mais a ele...e geralmente utiliza muito o nome dele com exemplos, com elogios, ée mostra o tanto que ele está desenvolvendo, ainda que...não seja aquele nível...aquele tanto...aquele desenvolvimento assim que teria que ser, mas qualquer evoluçalzinha quer ele tiver a gente usa aquilo ali pra elogiar pra incentivar né.! (CS).

A professora AS disse que utiliza materiais concretos, manipulativos, pranchas de comunicação, materiais pedagógicos adaptados, recursos de multimídias, entre outros.

Já a professora DS respondeu que é muito importante perceber o nível de aprendizado e o tempo de aprendizagem de cada aluno dentro de suas limitações. “E assim, uma das formas para conseguir construir esse espaço é proporcionar momentos de diálogo, descontração...em que eles possam se sentir à vontade para expor suas dúvidas, conquistas, erros e acertos”. (DS).

Ela ainda ressalta que:

Ahh e uma coisa que é muito bom para eles é a tecnologia que influencia bastante todas as gerações, então é possível usá-la a seu favor em sala de aula! Existe atualmente vários aplicativos, jogos educativos e recursos gratuitos, tem uns pagos também...que podem além de incluir e possibilitar um melhor aprendizado ainda dá pra fazer uma aula mais dinâmica e que contribuirá tanto com o trabalho desenvolvido pelo professor como planejamentos...planos de aula...acompanhamento virtual da aprendizagem do aluno, etc. e para os alunos também é bom por que pode passar vídeos...atividades na internet...dúvidas...aproximação da relação professor-aluno, etc.(DS).

A professora ES respondeu que é preciso ser criativo, correr atrás de atividades que promovam a interação e participação do educando.

Segundo a professora CR ela utiliza mais a música e as brincadeiras.

Para ter uma atuação pedagógica diferenciada o professor necessita saber qual é o sentido de sua aula pensando na formação do/a aluno/a, saber como sua aula compreende e amplia a formação desse aluno.

Segundo FRANCO (2016)

Uma aula ou um encontro educativo tornar-se-á uma prática pedagógica quando se organizar em torno de intencionalidades, bem como na construção de práticas que conferem sentido às intencionalidades. Será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta é disponibilizada a todos; será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. (Franco, 2016).

A prática educativa é algo que não diz respeito somente aos/as professores/as, existem os traços culturais que são compartilhados e que formam as subjetividades pedagógicas. A prática pedagógica poderá variar dependendo da compreensão de pedagogia e até mesmo do sentido que se atribui a prática. Faz-se referência a práticas que ocorrem para a concretização de processos educacionais.

Conforme salienta RIOS (2008), o que deve guiar um ato pedagógico voltado para o bem, para a transformação social: é o comprometimento ético. Tal comprometimento implica orientar a ação pedagógica pelos princípios do respeito, da justiça, da solidariedade, que são promotores do diálogo.

Para a professora CS mesmo o aluno não desenvolvendo em relação ao conteúdo educacional, ele se desenvolvendo em qualquer área já é considerado um ganho.

Eu considero no meu ponto de vista que quando um aluno{...} se ele sai do zero...se ele aprender por exemplo a convivência social...já é um ganho. Se ele aprender por exemplo, a forma de tratar as pessoas né... de convivência, o desenvolvimento social na verdade, já é um ganho, ele já saiu do zero”. Ele está inserido naquele contexto. Em algumas situações a parte pedagógica ele não desenvolve, mas ele desenvolveu outras habilidades que vão servir na vida né! (CS).

Além do professor ensinar as disciplinas ou determinados conteúdos, ele está ensinando também modos de ser e estar no mundo, atitudes em relação à realidade e à convivência social. Através daí surge à necessidade de o planejamento, o desenvolvimento, a revisão e o reencaminhamento do trabalho pedagógico, que deve ser guiado por princípios éticos.

6.5 - Recursos Pedagógicos

Ao responder se a escola dispõe e utiliza recursos adequados que permitem a interação do aluno em acordo com suas capacidades, a professora DS respondeu que os utiliza, pois acredita que isto também leva o aluno a aprender, funcionando como uma forma de motivar os alunos quanto a participação deles na aula.

Ahh e uma coisa que é muito bom pra eles é a tecnologia, que influencia bastante todas as gerações, então é possível usá-la a seu favor em sala de aula! Existe atualmente vários aplicativos, jogos educativos e recursos gratuitos, tem uns pagos também...que podem além de incluir e possibilitar um melhor aprendizado ainda dá pra fazer uma aula mais dinâmica e que contribuirá tanto com o trabalho desenvolvido pelo professor como planejamentos...planos de aula...acompanhamento virtual da aprendizagem do aluno, etc. e para os alunos também é bom por que pode passar vídeos...atividades na internet...dúvidas...aproximação da relação professor-aluno, etc. (DS).

Com base em PULETTI (2002), o método de ensino utilizado pelo professor pode contribuir para elevar o desinteresse em uma determinada disciplina e, por isso seu trabalho deve ser redirecionado no sentido de promover no aluno a capacidade de lidar com as dificuldades encontradas, motivando e estimulando o indivíduo, por isso, é necessário que tenha conhecimento de variados métodos e técnicas de ensino.

Ainda enfatizando a questão, uma resposta que chama atenção é a do CS, novamente atentando para a preocupação em ensinar a partir da necessidade do aluno, realizando o levantamento daquilo que o aluno já sabe, para depois começar a introduzir aquilo que o aluno não sabe.

Então cada situação é uma pra trabalhar com educação especial, como já te falei a gente tem que conhecer o aluno e trabalhar com estratégias... metodologias diferenciadas pra poder atendê-lo da melhor forma possível. (CS)

Outra professora (DS) responde que:

A aproximação com esses alunos é muito importante para construção de um ambiente acolhedor...de um lugar que ele goste. E assim, uma das formas para conseguir construir esse espaço é proporcionar momentos de diálogo, descontração...em que eles possam se sentir à vontade para expor suas dúvidas, conquistas, erros e acertos". (DS).

A esse respeito, os pesquisadores CUBERO & MORENO (1995), refletem

A conduta do professor em relação aluno será determinante para o autoconceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo, dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (p.255).

Entendemos que é importante o trabalho do professor em colaboração com uma expectativa de crescimento. Nas entrevistas ficou evidenciada a percepção delas em relação à necessidade de entender e respeitar o tempo do aluno, que determina as atribuições desse profissional em relação ao processo de inclusão escolar.

(...) ele simplesmente não aceitava que a gente aproximasse dele... então a gente tinha que fazer um trabalho com um colega ao lado dele né! Peguei uma aluna lá que tinha muita dificuldade também e aí eu ia percebendo...ficava observando vendo aquilo que ele tinha, por que ele era inteligente também...ele pegava muito bem assim sabe? O dia que ele queria fazer...ele fazia...mas...quando eu percebia que ele tinha alguma dificuldade eu usava indiretamente. Esta outra criança....esta outra aluna pra ensinar pra ela de forma que ele ouvia...aí ele ficava de ouvido em pé, ele é muito inteligente...muito esperto...pra ouvir e que eu explicando pra menina ele ouvia...e fazia também, indiretamente eu falava: gente tem mais alguém que está precisando disso, quando eu percebia que ele estava com dificuldade em alguma coisa aí eu perguntava...aí se algum aluno manifestasse eu pedia este aluno pra vir até mim, geralmente eu punha uma carteira mais perto dele assim... Então cada situação é uma você entendeu? (CS).

Pode-se considerar um item fundamental a parceria entre os professores, alunos e demais profissionais da educação. Sobre esta perspectiva, as professoras apontam:

...eu tive grande apoio por parte de alguns professores, a maioria dos professores, lá foi uma das escolas que eu mais gostei de trabalhar. Por que a maioria dos professores desenvolveram, num projeto que eu fiz...que eu elaborei juntamente com a diretora e supervisora de fazer uma horta vertical!(CS).

Em outro caso, a Professora CS respondeu que não tem o apoio ou ajuda da professora regular:

“...nos anos que eu trabalhei tinha a professora normal e eu, ela não me ajudava em nada, eu tinha que trabalhar com o aluno deficiente sozinha”.(DS).

Através dessas falas percebemos que ainda existem dificuldades na cooperação da professora de apoio à professora regular, mas a escola ainda busca alternativas que favorecem a prática da inclusão. Alguns educadores procuram assumir o papel de educar todo e qualquer aluno e isso é fundamental como apontam BARBOSA & GOMES:

[...] Enquanto os docentes não modificarem e redimensionarem sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar também alunos com necessidades educacionais especiais, o professor terá diante de si um obstáculo e não um estímulo para aproveitar todas as oportunidades de formação permanente. (p.8)

As colaborações dos/as diferentes agentes educacionais são fundamentais para um processo de inclusão com êxito e aparecem como ferramentas fundamentais no apoio à inclusão, mas também no desenvolvimento do trabalho com todos/as os/as alunos/as. A inclusão precisa de todas/as as partes para formar um todo, assim é a criança que precisa de um ambiente variado, da colaboração e contribuição de todos/as para que se desenvolva e consiga atuar dentro de uma sociedade sem limitações.

Mesmo não fazendo parte dos objetivos propostos no estudo, acredito ser importante discorrer sobre a estrutura adequada para a interação do aluno em acordo com suas capacidades.

É necessário dispor nas escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informações e recursos didáticos, mas o que tem se visto é que a legislação não está sendo cumprida, uma vez que os deficientes precisam ter essas possibilidades e direito de fato, veremos que não. Tomemos por exemplo um aluno usuário de cadeiras de rodas será que ele consegue se locomover e utilizar todos os ambientes da escola sem barreiras?

Como norma na Inclusão Escolar, são previstas algumas adequações necessárias para atender o aluno com deficiência: como adequações nas estruturas arquitetônicas, meio de transporte e no ambiente que utiliza, que melhor responde às necessidades do alunado.

Adaptações curriculares segundo OLIVEIRA & MACHADO (2007, p. 45) são “modificações realizadas no planejamento, nos objetivos da escola, nos conteúdos, nas atividades, nas estratégias de aplicação desse conteúdo e da avaliação, no currículo como um todo ou um aspecto dele”. As mesmas podem ser realizadas em âmbito político e administrativo e são realizadas nas escolas e dentro das salas de aula.

6.6 Vivência de discriminação dentro da escola

Torna-se relevante o questionamento sobre o preconceito e discriminação que os deficientes sofrem na escola seja através dos professores seja entre os próprios alunos, as entrevistadas responderam que:

Já aconteceu com um colega, por que quando eles falam que a turma aceita bem, mas às vezes pode acontecer de ter um aluno ou outro...um colega ou outro...de não aceitar né? Eu já presenciei colega desfazendo desse aluno. Eu mobilizei a escola inteira, foram desenvolvidos projetos para trabalhar *bullying* na escola e na sala de aula. Inclusive foi lá no Ayna Torres mesmo.

E e éee... mais por parte de professores tem aquele descaso...desprezo de não perceber o aluno...de não aceitar o aluno como aluno dele ne"! (CS).

Mais uma fala que demonstra a discriminação dos deficientes na escola.

Já ouvi chamarem uma aluna de deficiente, de retardada. Falarem pra não sentarem perto dela por que ela babava. Dentre outras. (AS).

Como se pode perceber nos relatos das professoras, a discriminação aos/às alunos/as como deficiência ainda é uma realidade, pois a escola reflete o que acontece em muitos espaços sociais. Reforçando a concepção das professoras, CAVALCANTE (2004) identificou no depoimento de muitas professoras vários dos elementos constitutivos do preconceito da deficiência baseados na matriz analítica escolhida para o seu estudo, tais como: a redução do outro a uma coisa; a negação da diversidade; o exílio relacional e a negação do compromisso.

(...) mais por parte de professores tem aquele descaso...desprezo de não perceber o aluno...de não aceitar o aluno como aluno dele, né! (CS).

Já ouvi falarem: além de doente é **preta**. Ai a outra menina que estava junto disse do cabelo duro ainda. E riram. Muito triste isso. (AS).

Ahhh! Eles falam assim: olha lá o burro, ele precisa de uma professora só pra ele, porque não aprendi nada sozinho. (DS).

No entanto, as respostas também demonstram que as interações entre os/as alunos/as incluídos e o restante dos/as alunos/as vêm aumentando e se firmando. Em relação aos professores, ainda existe uma certa resistência ao compreender que o aluno deficiente não é aluno apenas do professor de apoio e sim um aluno também da professora regular e que ela deve trata-lo como trata qualquer outro aluno. Confirmamos isso na resposta da professora CS que diz:

A gente sente isso na pele. Lá e em todas as escolas que a gente vai esses meninos são muito bem aceitos pelos colegas no geral, mas grande parte dos professores não os reconhece como alunos, entendeu? (CS).

As categorias identificadas no material coletado e interpretado através da análise de conteúdo demonstram:

- a) Preconceito social sobre a deficiência;
- b) Preconceito no processo de inclusão escolar;
- c) Preconceito sobre a deficiência, por parte dos docentes;
- d) Preconceito racial conciliados a deficiência

e) Preconceito sobre a deficiência por parte dos demais estudantes.

Diante das evidências, constata-se a existência do preconceito sobre a deficiência no processo de inclusão escolar e isso é um dos entraves que dificultam esse processo de integração dos estudantes. Foi possível identificar que o preconceito das professoras pode representar práticas culturais de afastamento das pessoas, estabelecendo a não aceitação da diversidade. Pra GONÇALVES (1985)

A medida que a discriminação diferencial apela para a particularidade como uma "realidade possível" no todo social, ela acaba contrapondo-se à realidade existente, configurando-se assim em instrumento de luta dos grupos raciais não brancos, de maneira que estes possam (re) conhecerem as próprias particularidades, construïrem-se a si mesmo e transformarem a sociedade. (p. 9).

Os alunos/as com deficiência têm direito à educação de qualidade, mas ainda não usufruem desse direito na íntegra, principalmente, os/as negros/as. O racismo amplia as discriminações, como no exemplo anterior.

Já ouvi falarem: além de doente é **preta**. Ai a outra menina que estava junto disse do cabelo duro ainda. E riram. Muito triste isso. (AS).

A desigualdade racial entre brancos e negros na sociedade brasileira é inquestionável e persiste com a precariedade de políticas públicas para a sua superação. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, os negros representam 75,2% do grupo formado pelos 10% mais pobres do país. Em 2018, de acordo com o IBGE, o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, doa taxa de analfabetismo entre a população negra era de 9,1%, cerca de cinco pontos percentuais superiores à da população branca, de 3,9%.

Embora ainda existam questionamentos quanto ao rumo que os movimentos negros vêm dando a respeito da discriminabilidade e do racismo, eu penso serem estes, por ora, os indivíduos mais indicados para fornecerem o esboço de um contra discurso, capaz de criar um caminho adequado para fazer ouvir as vozes dos silenciados. Acredito que assim como os grupos étnico-raciais negros elaboram este novo conteúdo e vêm lutando desde o período escravista, até nossos dias atuais, a sociedade brasileira também deve contribuir e participar destes movimentos.

A discriminação racial é tão utilizada em nossa cultura que, por vezes, se torna imperceptível para muitos estudantes e profissionais no interior da escola. Constantemente,

a criança negra é atingida por palavras e piadas na convivência com colegas e educadores, amiúde expressões racistas presentes no cotidiano dos brasileiros são reproduzidas no ambiente escolar.

O preconceito racial é uma estratégia ideológica, produzida por algumas culturas para justificar e legitimar a dominação exercida sobre outros povos. É preciso responsabilizar todos os elementos que reproduz o racismo (instituições, grupos, sistema econômico, políticas etc.) que o reafirmam continuamente na sociedade ao qual está inserido.

Acredito que o problema do racismo não se extingue ao garantirmos acesso da população à educação formal. A educação, enquanto elemento fundamental para qualquer mudança é essencial nesse debate, de modo que, sem uma educação efetivamente antirracista, não é possível pensar em uma sociedade igualitária. É preciso ressignificar o imaginário social e as representações coletivas estigmatizantes atribuídas às populações negras e indígenas em nossa sociedade; e rever a forte carga afetiva e emocional negativa atribuída a estas representações (MUNANGA, 2005)

O racismo no ambiente escolar é uma das mais perversas formas de violência cotidiana em nosso país, mostrando a divergência entre o papel que a escola deve desempenhar para enfrentar este problema e a reprodução de práticas adotadas nas instituições de ensino. A falta de preparo de educadores para lidar com as manifestações de discriminação resultantes da convivência problemática com a diversidade é reflexo do mito brasileiro da democracia racial (MUNANGA, 2005).

È fundamental compreender qual o papel que cada estrutura socioeconômica desempenha para erradicar o racismo, diante disto, o combate à desigualdade racial na educação é essencial, indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária. Por isso, a implementação da Lei nº 10.639/ 2003 (BRASIL, 2003) em alteração à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, (BRASIL, 1996) que passa a vigorar acrescida dos seguintes Artigos 26-A, 79-A e 79-B:

Estabelecendo a obrigatoriedade de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

No § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. É muito importante.

O estudo revela que ainda encontram situações de discriminações na escola e na sala de aula, o que recomenda a necessidade de um trabalho da escola no sentido de valorização das diferenças e de constituição de um espaço receptivo para todos. As professoras abordam em suas respostas que existe uma preocupação muito grande em relação ao preconceito, mas não destacaram que práticas são realizadas para enfrentá-lo. Se alguém diz que, além de deficiente é preta, e a escola se cala diante dessa situação, ou não adota atitudes mais contundentes, está sendo conivente.

O professor GONÇALVES (1985) nos diz que o silêncio é um ritual pedagógico a favor da discriminação racial, mas acredito que pode também ser um ritual a favor de quaisquer discriminações. (p. 48).

Todas as pessoas possuem um perfil psicológico, emocional e heterogêneo, envolvendo diversas características de personalidade, elas podem e provavelmente irão se modificar ao longo da vida, mesmo assim existem algumas particularidades que se tornam mais marcantes em determinados momentos, com os tipos de alunos na escola, não é diferente.

Dentro de uma sala de aula não é diferente, é possível que a professora perceba alunos que se destacam por serem inquietos, outros mais esforçados ou aqueles que são muito tímidos, extrovertidos, contestadores, ansiosos, estudiosos, líderes, etc. Esses traços irão decorrer de diversos fatores e vão se tornando evidentes para os professores através do convívio diário, esse perfil não é aleatório e pode até ser moldado de acordo com a educação recebida.

6.7 - Profissional de Apoio: atribuições e o desempenho de atividades na escola

Na escola pesquisada, a interação entre gestão, corpo docente, discentes, funcionários de serviços gerais e familiares acontece de forma afetiva, proporcionando um ambiente harmonioso e agradável.

A Escola tem entre seus objetivos a preocupação em valorizar, preservar e conservar a cultura local da comunidade e para isso são feitas periodicamente adaptações no currículo escolar voltado para ações que ressaltam essa valorização cultural. Nas reuniões pedagógicas e reuniões de pais são apresentados aos alunos projetos que fazem a culminância com essas ações interdisciplinares.

De acordo com PEREIRA NETO (2009) esse professor deve ser um profissional habilitado ou especializado em educação especial, que trabalha com o aluno deficiente que precise de apoio intenso e contínuo e que esteja inserido em salas regulares. Auxiliando a criança deficiente, dando apoio ao professor regente e a equipe técnica que assiste as crianças deficientes. Este profissional deve possuir conhecimentos específicos como código de linguagens e técnicas que possibilitem ao aluno o aprendizado dos conteúdos ensinados.

De acordo com SOUZA *et al* (2015) os/as professores/as de apoio são importantes para facilitar a permanência do aluno com deficiência em sala de aula, assim como para que esses alunos tenham a chance de aprenderem os conteúdos como os demais alunos e que estes professores se sintam responsáveis pelo bem estar e aprendizagem dos mesmos, possibilitando uma resposta educativa mais diversificada e individualizada que beneficie não somente as crianças deficientes como todas as demais dentro da escola.

O/a professor/a de apoio é inserido na classe onde encontram alunos com deficiência ou alunos que possuem dificuldades de aprendizagem servindo de suporte para o grupo e não somente para o aluno que necessita de sua presença, sua responsabilidade é de planejar a disciplina e o ensino na sala de aula, com suas funções previamente estabelecidas para ensinar grupos homogêneos.

A professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado) no ano em curso do 4º ano, atendia 2 crianças que possuem deficiências como TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento) Autismo, deficiência intelectual e sensorio motor. Essas crianças recebem acompanhamento educacional especializado e atendimento na área da saúde com fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional.

Os alunos que possuem baixa renda utilizam os serviços ofertados pelo Sistema Único de Saúde - SUS e o transporte da rede municipal local para deslocamentos, o que despende um tempo maior para realização das consultas e tratamentos médicos. Contudo possibilita a articulação da educação com outras políticas sociais.

O trabalho da Professora de Apoio, Professora da classe regular e Professora da sala de recurso multifuncionais acontece de forma unificada e muito bem planejada. Os conteúdos

são adaptados para atender as necessidades e habilidades dos alunos, que são atendidos no contraturno, na sala de recursos multifuncionais. Nesse local, eles demonstram muito interesse porque é espaço adaptado para o próprio aluno e ali ele se sente amado e respeitado com suas limitações.

A sala de recursos multifuncionais dispõe de um aparelho televisor, dois computadores, jogos e brinquedos pedagógicos, além de livros, revistas didáticas, materiais em braile, pranchas de comunicação e outros recursos técnicos. A escola ainda necessita de equipamentos e materiais pedagógicos, mas ela sempre que possível procura adquirir novos materiais.

O processo de inclusão ainda precisa de maior atenção no âmbito escolar e de investimentos públicos mais arrojados. Devagar a escola vai se adaptando e tenta se ajustar as novas diretrizes desse contexto. Sabemos que ainda existe muito a se fazer para garantir aos alunos com eficiência melhor acessibilidade e proporcioná-los de fato a inclusão e, na visão das entrevistadas, a escola Mestra Vicentina se faz atuante na busca dessa nova realidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o direito de todos os alunos se matricularem na rede regular de ensino é uma política de inclusão escolar e social. Essa política estabelece que as escolas precisam estar apropriadas para trabalhar com as diferenças. Todavia, constata-se que a adaptação desses alunos é complexa, maiormente pela má preparação dos professores e conseqüentemente, de toda a instituição.

O número de brasileiros que apresentam alguma deficiência e buscam as escolas regulares está aumentando satisfatoriamente, fortalecendo e consolidando a educação inclusiva. A orientação para que pessoas com deficiência sejam educadas na rede regular de ensino está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996) mas a efetiva inclusão escolar da criança com deficiência ainda é um processo em construção.

O objetivo desta pesquisa foi compreender, a partir das respostas da entrevista aplicada a cinco professoras que atuam na rede regular da Escola Municipal Professora Vicentina Gomes Ribeiro de Ávila na cidade de Datas em Minas Gerais se os estudantes deficientes do ensino fundamental têm seus direitos educacionais garantidos de acordo com as

normas e legislações. Após este trabalho de campo os resultados apontaram que há uma coerência quanto as respostas das entrevistadas em relação à idealização da escola, pois todas as entrevistadas posicionam-se numa única postura, sempre preocupadas com a intercessão e com a construção do conhecimento de seu aluno. Podendo verificar que as professoras tentam adaptar as atividades e fazer um trabalho diferenciado e que existem questionamentos na falta de apoio que as mesmas sentem em relação às professoras regulares.

O trabalho é desenvolvido com diversos materiais e as atividades são diversificadas visando à participação e principalmente a motivação de seus alunos. Sabemos que muitas são as dificuldades encontradas no cotidiano escolar e que trabalhar com alunos de inclusos é um desafio, seja por causa das especificidades dos mesmos, pela falta de formação ou socialização nos grupos com seus pares, e as professoras expressam isso, embora sejam comprometidas com a educação.

Contudo existem desafios que envolvem mudanças na concepção de homem, de sociedade, de escola e de educação. Mudar as opiniões já solidificadas em nome de um paradigma de educação não é uma tarefa fácil, principalmente quando as mudanças beneficiarão pessoas que, historicamente, vêm sendo desvalorizadas na sociedade e, conseqüentemente, na escola.

Em suma, algumas observações podem nos levar a considerar fatores que podem surgir como adversidades do trabalho realizado na escola que não atendem à legislação inclusiva, como a quantidade de alunos atendidos, a ausência de alguns recursos tecnológicos específicos, a falta de parceria entre professores regentes e as professoras de apoio, a deficiência de formação dos profissionais, a estrutura da escola, entre outros. É fato que cada um desses empecilhos dificulta o atendimento ao aluno e, portanto, nos leva a considerar que o direito à inclusão educacional de alunos deficientes ainda não está totalmente garantida.

Recomendações

Esperamos que esta pesquisa possa gerar dados para reflexões nesse momento em que buscamos encontrar caminhos para aprimorar o atendimento escolar inclusivo atentando-se ao cumprimento das leis.

Além dos resultados aqui apresentados, sabemos que isso não descarta a continuidade por reivindicações e por melhores condições de inclusão. Que a comunidade escolar precisa estar envolvida a fim de lutar pela implementação de um atendimento educacional de qualidade que dê conta de responder às demandas educacionais de todos os alunos da escola, que sempre serão especiais, para que eles possam aprender e desenvolver ao máximo o seu potencial.

Enquanto graduada em Administração, interesse-me pela Administração Pública, que é a responsável por gerir as empresas e instituições públicas e governamentais, cujo principal objetivo é o bem comum, obedecendo ao que está disposto na Constituição Federal. A escola é um espaço público, a educação um bem social e um direito humano e as pessoas com deficiência, cidadãos que precisam acessar seus direitos. Isso tem a ver com a minha formação acadêmica e com este mestrado. Assim sugerimos alguns caminhos para a escola e para a implementação da política pública educacional com efetividade.

Um dos problemas diagnosticados que precisa de correção é referente à conscientização de que os deficientes são iguais em direitos aos demais alunos e merecem ser tratados como tal.

Não se pode banalizar o preconceito/discriminação que ainda acontece dentro da escola e da sala de aula, tanto por parte dos alunos, como por parte dos professores. Existem os alunos que adotam uma postura de acolhimento e suporte para com os deficientes, criando um vínculo de amizade. No entanto existem também alunos que se distanciam e os discriminam, tornando necessário o trabalho para correção destas posturas. Sugere-se então um trabalho na escola no sentido de valorização, aceitação das diferenças e criação de um espaço acolhedor para todos, além da implementação da legislação educacional que obriga a inclusão das temáticas de raça e pessoa com deficiência nos currículos de formação dos professores e dos alunos.

Outro problema seria a adaptação nas estruturas arquitetônicas, meio de transporte e além das mudanças curriculares. Tais mudanças devem ser realizadas no âmbito administrativo e, também nas escolas e dentro das salas de aula, com sensibilização do poder público para investir os recursos financeiros suficientes para garantir a educação.

Deve ocorrer a interação entre as professoras, demais profissionais especializados entre administradores, funcionários, e alunos, entre a instituição de apoio e a escola, fazendo com que o trabalho seja mais produtivo. Reorganizar pedagogicamente a escola, abrir espaço para

a criatividade, a solidariedade, a cooperação, diálogo e formação continuada para a educação das relações étnico-raciais.

É preciso formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor/a de apoio. Que as professoras possam participar de cursos de formação continuada na área de inclusão, para complementar o currículo de sua formação pedagógica, preparando-as para atender as peculiaridades de todos os alunos, para que tenham condições e estímulos para ensinar toda a turma, sem exclusões e exceções.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Denise Marques. **Deficiências físicas, sensoriais e intelectuais**. Guia da disciplina. Universidade Santa Cecília. Educação a distância. Santos: Escola Crescer, 2019.

ALVES, G.C. **Políticas Públicas para pessoa com deficiência: aparato legal e implementação no ensino superior**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Título de Mestre. Recife. 91. 2016.

AMARAL, Marciliana Baptista. **Breve histórico da Educação Inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2014.

AZEVEDO, J.L. de. **A educação como política pública** (Coleção polêmicas do nosso tempo). Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BARBOSA, Joaquim Benedito Gomes. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental**. 2°. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 59-76, Marília, 2011.

BIANCA, Regina de Lima Salomão. **O atendimento educacional especializado de uma sala de recursos de Brasília: a sistematização do atendimento e o uso do computador como apoio pedagógico**. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília. p.152. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações curriculares. Estratégias para educação de alunos como necessidades educacionais especiais. Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 17/2001**, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In: ROSA, D.E.G.; SOUZA, V.C. de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 79-93, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pde/default.html>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL, Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRASIL. Decreto N° 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n.º 11**, de 7 de maio de 2010b. Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12699&Itemid=862> . Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 11 set. 2012.

BUENO, J.G.S. A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M.A V. e SILVA Jr, C.A. da (orgs.) Formação do educador e avaliação educacional. Formação inicial e continuada. V. 2, p. 149-164, 1999.

CARVALHO, M. C. N. Professores de apoio Educativo: Mediadores? Como? Quando? Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, 2009.

CARVALHO. J.B.S. **A importância de formação de professores na escola inclusiva:** estudo de caso na escola classe n° 64 de Ceilândia sul Brasília DF. Monografia de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Brasília, 2015.

CAVALCANTE, A. V. **O Preconceito da Deficiência no processo de Inclusão Escolar.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2004.

COMITE DE AJUDAS TECNICAS, CAT, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Brasília, 2007. UNESCO.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs). **Desenvolvimento**

psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. ESTRELA, M. T. A relação pedagógica: disciplina e indisciplina na escola. Lisboa: Porto Editora, 1996.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH Bersch. **Assistiva, tecnologia e educação:** Atendimento Educacional especializado, Porto Alegre. 2020. Disponível em: <[A E E \(assistiva.com.br\)](http://assistiva.com.br)>. Acesso em 26/02/2021.

DICHER, Marilu; TREVISAN, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade de pessoa humana.** 2018. Disponível em: <<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>>. Acesso em: 30/06/2020.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos vol.97 n°.247 Brasília set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812016000300534&lng=pt&tlng=pt> . Acesso em: 25 de abril de 2021.

GIOVANNI, Geraldo di. **As estruturas elementares das políticas públicas.** Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Unicamp. Caderno de Pesquisa n° 82. 2009.

GONÇALVES, Luiz Alberto O. O silêncio; um ritual pedagógico a favor da discriminação racial : um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeira e quarta série. Dissertação de mestrado em educação. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

GUGEL, Renan. **A importância da declaração dos direitos humanos.** Uma longa luta por direitos, paz e liberdade. Disponível em: <<https://renangerbi.jusbrasil.com.br/artigos/710711761/a-importancia-da-declaracao-dos-direitos-humanos>>. Acesso em 10 de outubro de 2020.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade?** Uma perspectiva internacional. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo-SP. 2014.

LIMA Paulo André. **Educação inclusiva e igualdade social.** São Paulo; Avercamp, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência.** Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira, D'ANTINO, Maria Eloisa Fama. **Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais:** cultura, educação e laser. São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011.

MEDEIROS, Marcelo. DINIZ, Debora. **A nova maneira de se entender a deficiência e o envelhecimento.** Brasília, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, 2ª ed. Revisada (p.39-68).

OLIVEIRA, J. B. A. **O Brasil em alerta máximo**. Valor Econômico, 18 fev. 2014 Disponível em: <http://www.informacoesmunicipais.com.br/?pagina=detalhe_noticia¬icia_id=4393>. Acesso em: 18 de fev. de 2021.

OLIVEIRA, E.; MACHADO, K. S. Adaptações curriculares: caminho para uma educação inclusiva. IN: GLAT, R. (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

PECOTCHE, Carlos Bernardo González. **Deficiências e propensões do ser humano**. 13º ed. São Paulo: Logosófica, 2012.

PEREIRA NETO, Eloi Alexandre. **A Ambivalência do Papel do Professor de Apoio Permanente em Salas Regulares do Ensino Fundamental**. Universidade Estadual de Londrina, Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, Londrina, 2009.

PILETTI, Nelson. Psicologia Educacional. 17.ed. São Paulo: Ática, 2004.

SACRISTÁN, GIMENO. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. In: NOVOA, A. (org). **Profissão professor**. Portugal: Porto Ed, 1991.

SERRA, Adriano Supardo Vaz. O auto-conceito. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. 1988. Disponível em: < https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2204/1/1988_2_101.pdf. Acesso em 21/02/2022.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Karla F. W.; MACIEL, Rosângela Von M. **Inclusão escolar e a necessidade de serviços de apoio: como fazer?** Centro de Educação da UFSM/RS. Revista Educação Especial, n.26, ano 2005.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos. **Inclusão: uma questão também de visão**. O aluno cego na escola comum. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

TARTUCI, Dulcéria; SILVA, Márcia Rodrigues; FREITAS, Adriana de Oliveira. **A formação dos professores do atendimento educacional especializado e a formação do professor de apoio à inclusão em Goiás: uma análise da legislação**. Universidade Federal de Goiás. São Paulo, junho de 2013,

TÉDDE, Samantha. **Crianças com deficiência intelectual: a aprendizagem e a inclusão**. Americana. 2012. Disponível em:<https://unisal.br/wp-content/uploads/2013/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Samantha-T%C3%A9dde.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2020.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem o que pensam o que almejam**. Pesquisa Nacional. São Paulo: Moderna, 2004.

VILELAS, J. **Investigação**: O processo de Construção do Conhecimento. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

RIOS, Terezinha. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008. Disponível em: <<https://www.educaretransformar.net.br/wp-content/uploads/2017/04/Pr%C3%A1ticas-pedag%C3%B3gicas.pdf>>.

ANEXO 1

Roteiro para entrevistas com professores (as)

Perfil do (a) entrevistado (a)

1) Sexo :

Masculino Feminino

2) Qual a sua raça/cor?

Branca

Preta

Parda

Amarela

Negro

3) Faixa etária:

Até 24 anos.

De 25 a 35 anos.

De 36 a 46 anos

acima de 46.

4) Qual foi o tipo de graduação efetuada?

presencial á distancia?

5) Em qual instituição? _____

Nome do Curso: _____

Ano de conclusão: _____

6) Possui alguma especialização? Se sim, em qual área?

7) Possui alguma formação específica para atuar com educação especial? Se sim,

Em qual a instituição? _____

8) Há quanto tempo você atua com crianças com deficiência?

Há menos de 1 ano.

De 1 a 3 anos.

De 3 a 6 anos.

Mais de 6 anos.

9) Em quantas escolas você trabalha?

Apenas nesta escola.

Em 2 escolas.

Em 3 escolas.

10) Em qual(is) turno(s) você trabalha? (marque mais de uma opção, se for o caso)

Matutino.

- Vespertino
- Noturno

11) Qual o número de alunos tem na sala de aula?

- de 1 a 10
- de 11 a 20
- mais de 20

12) Qual o número de alunos com deficiência na sala de aula?

- de 1 a 3 alunos
- de 3 a 5
- mais de 5.

13) Qual a faixa etária dos alunos com deficiência?

14) Qual a raça /cor dos alunos com deficiência?

15) Você se sente preparada para trabalhar com alunos deficientes?

- Sim
- Não

16) Você conta com a presença de professores/as auxiliares/as para ajudar com trabalho em sala de aula com os/as estudantes com deficiência?

17) Em qual legislação você se ampara para atuar com estudantes com deficiência?

18) Como você acredita que ocorre o ensino/ aprendizagem em sala de aula?

19) A escola dispõe de recursos específicos para atender os alunos nas atividades em sala de aula?

20) Quais são os recursos que costumam utilizar para motivar os alunos com deficiência a participarem das atividades em sala de aula?

21) Você já presenciou ou teve notícias de situação em que o/a estudante sofreu discriminação por causa de sua condição?

22) Os alunos deficientes dão retorno em relação ao conteúdo ministrado em sala de aula?

23) As famílias acompanham os trabalhos que são desenvolvidos com os alunos deficientes?

24) Quais são as expectativas das famílias em relação ao progresso dos estudantes com deficiência?

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Garantia dos direitos dos alunos deficientes em uma Escola Municipal no interior de Minas Gerais

Daniele Narla da Silva

Número do CAAE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinado e rubricado pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O presente projeto de pesquisa tem como tema “a importância da inclusão escolar e os direitos educacionais dos alunos com deficiência”, com o intuito de refletir sobre os direitos do deficiente na escola através da modificação de leis e decretos que retratam suas necessidades de assistência.

Justifica-se a escolha deste tema de pesquisa pois meu desejo de compreender, a partir das vozes das professoras, se o trabalho desenvolvido para a garantia dos direitos educacionais dos alunos deficientes, matriculados na rede regular de ensino. Espero também verificar se há aplicabilidade das leis criadas para garantir o melhor desenvolvimento do aluno de acordo com suas limitações intelectuais. A elaboração de políticas educacionais precisa contemplar todos os públicos e, enquanto cidadã e Administradora, tenho responsabilidade social com esta temática.

Objetivo geral

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender, a partir das vozes das professoras, se os alunos com deficiência na rede regular de uma escola municipal têm seus direitos educacionais garantidos de acordo com as normas e legislações.

Os **objetivos específicos da pesquisa** são: Verificar se os profissionais conhecem e aplicam as legislações vigentes sobre inclusão social; verificar se os professores possuem formação adequada para atender alunos com deficiência; analisar as práticas pedagógicas destacadas pelas professoras e os conteúdos transmitidos e como os estudantes com deficiência são estimulados dentro da sala de aula; analisar se os recursos utilizados na escola permitem a interação do aluno em acordo com suas capacidades intelectuais.

Procedimentos:

Você está sendo convidado a responder a entrevista. Com a intenção de utilizar seus dados para entender se a escola precisa passar por adaptações para atender as necessidades dos deficientes. A entrevista apresentará um total de 27 questões semiestruturadas. Contendo questões abertas e fechadas visando estabelecer o perfil do docente e sua concepção de ensino-aprendizagem. Os dados e materiais utilizados ficarão sobre a guarda da pesquisadora responsável.

Desconfortos e riscos:

Tal pesquisa não apresenta riscos possíveis. Mas informo que você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem nenhum prejuízo para você. Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Benefícios:

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre os direitos dos alunos deficientes na escola, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa

possa servir de apoio para possíveis mudanças e adaptações, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Caso sejam detectadas situações que indiquem a necessidade de uma intervenção (médica, pedagógica, nutricional, psicológica ou outra). Caso queira, você terá direito ao acesso dos resultados da pesquisa, exames e do tratamento quando for solicitado.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e Indenização:

Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato comigo na Rua Elcio Fernando Batista, 232. Centro. Das. Pelo e-mail daninarla@gmail.com ou pelo telefone (38) 999826941.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071 sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas

pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do (a) participante da pesquisa:

(Assinatura da participante da pesquisa)

Data: ____/____/____.

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pena CONEP. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Data: ____/____/____.

(Assinatura da pesquisadora)